Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quarta-feira, 4 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.156

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50



Justiça anula duas audiências públicas do Projeto Apolo da Vale

ECONOMIA Licenciamento ambiental é condicionado a uma formalização do pedido de autorização do Estado ao ICMBio

Duas audiências públicas realizadas pela Vale em maio para o processo de licenciamento ambiental do Projeto Apolo, entre Santa Bárbara e Caeté, na região Central de Minas Gerais, foram anuladas pela Justiça Federal. Conforme a ação movida pelo Projeto Manuelzão e Instituto Guaicuy, as audiências não poderiam ser feitas sem a Autorização de Licença Ambiental (ALA) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O empreendimento está previsto para ser implementado próximo à Unidade de Conservação Federal (UC) do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Além de deferir tutela de urgência para anular as duas audiências, a juíza Ana Cristina Rocha Gonçalves condicionou a continuidade do processo de licenciamento do Projeto Apolo, com novas audiências, à prévia formalização do pedido de autorização para licenciamento ambiental do Estado ao ICMBio. O fundador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa, afirmou que a mineração no entorno da Serra do Gandarela ameaça o aquífero da região.

Em nota, a Vale afirmou que está estudando as medidas cabíveis. O Projeto Apolo prevê a produção de cerca de 14 milhões de toneladas de *sinter feed* por ano sem uso de água no beneficiamento do minério de ferro. Neste processo de tratamento a seco não há geração de rejeitos, eliminando a necessidade de barragem ou outra estrutura para disposição de rejeitos. Em 2009, o projeto tinha um investimento estimado da ordem de R$ 4 bilhões. PÁG. 3



Para o Projeto Manuelzão, a mineração próxima da Serra do Gandarela é uma ameaça ao aquífero da região FOTO: DIVULGAÇÃO / PAULO BAPTISTA

San Diego Hotéis abre 1ª unidade fora de MG

PÁG. 9

Faturamento da Buser pode crescer 10% em 2024

PÁG. 11

PIB nacional registra alta de 1,4% no 2º trimestre

PÁG. 12

Uberlândia recebe exposição da raça Nelore Pelagens

A Exposição Ranqueada do Nelore Pelagens será realizada pela primeira vez em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Reunindo 100 animais da raça, o evento começa e prossegue até a próxima sexta-feira dentro da Exposição Agropecuária de Uberlândia (Camaru). Os animais são robustos, possuem adaptabilidade e resistência ao clima brasileiro e grande aptidão para a pecuária de corte. PÁG. 8



Os animais da raça Nelore Pelagens são robustos e têm grande aptidão para a pecuária de corte FOTO: DIVULGAÇÃO / AMCN

Emplacamentos de veículos aumentam 2,7% em Minas Gerais

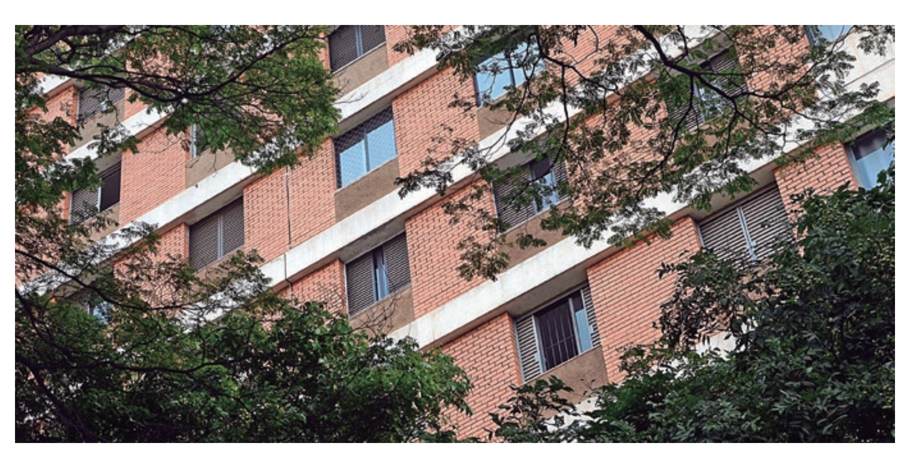
Apesar da queda de 1,2% em agosto frente ao mesmo mês de 2023, os emplacamentos de veículos registraram crescimento de 2,7% em Minas Gerais no acumulado do ano em relação ao igual período do ano passado. De acordo com a Fenabrave, foram vendidas 411,3 mil unidades novas nos oito primeiros meses de 2024. PÁG. 5



A Fenabrave registrou a venda de 411,3 mil veículos novos no Estado de janeiro a agosto FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

Arrecadação do setor de seguros avança 13,8% no Estado

Com um montante de R$ 17,8 bilhões, a arrecadação do setor de seguros aumentou 13,8% em Minas Gerais no primeiro semestre ante igual período de 2023. Segundo a CNseg, o volume foi puxado pelo segmento de automóveis (+1,1%), com R$ 2,3 bilhões. Porém, o seguro residencial atingiu maior percentual de crescimento, de 16,9%, chegando a R$ 200,2 milhões. PÁG. 6



O seguro residencial registrou elevação de 16,9% em Minas Gerais no primeiro semestre FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

ARTIGOS

EDITORIAL

Em plena operação, o Aeroporto de Confins se transformou em importante hub para a aviação doméstica, está entre os mais movimentados aeroportos do País, além de ostentar padrões de qualidade operacional que o situam entre os melhores do mundo, conforme avaliações técnicas externas. Em síntese, um daqueles casos em que a privatização foi, efetivamente, algo como poderosa alavanca para o sucesso. São as credenciais que permitem à concessionária BH Airport anunciar agora mais um importante passo no rumo da consolidação do empreendimento, dando concretude ao antigo projeto de transformar Confins com o conceito de aeroporto-cidade, ou aeroporto-indústria, com desenvolvimento imobiliário de seu entorno e investimento previsto de R$ 1,8 bilhão. PÁG. 2

DÓLAR DIA 3

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,6410	R$ 5,6410
TURISMO	R$ 5,6720	R$ 5,8520
PTAX (BC)	R$ 5,6218	R$ 5,6224

EURO DIA 3

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,2076	R$ 6,2088

OURO DIA 3

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.492,72
BM&F (g)	R$ 449,74

TR dia 4	0,0705%
POUPANÇA dia 4	0,5709%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

28/08	29/08	30/08	02/09	03/09
+0,42	-0,95	-0,03	-0,81	-0,41





OPINIÃO

Mescla entre inovação e estabilidade econômica



Felipe Negri
CEO do Pinbank

Definitivamente, o iminente fim do mandato de Roberto Campos Neto como presidente do Banco Central do Brasil (BC) é um tema que devemos tratar com seriedade máxima. Isso porque aquele que sucedê-lo não terá uma vida fácil nos próximos anos, seja pelo que está por vir e por tudo o que já realizado até o momento.

O legado do atual líder da instituição financeira criou uma régua elevada sobre as expectativas em relação a diversas áreas. Talvez o maior exemplo disso seja a atuação do BC no que diz respeito à autonomia, inovação e tecnologia com o avanço dos Pagamentos Instantâneos (Pix) e Open Finance.

Aliás, vale destacar que essa jornada bem-sucedida também foi resultado de dois outros méritos do banco: o apoio a novas empresas do setor, especialmente fintechs que contribuíram para aumentar os níveis de inclusão financeira no país, e uma política monetária proativa. Ambas as iniciativas foram muito relevantes para o avanço econômico e a contenção da inflação frente a cenários extremos, como a pandemia de Covid-19 e a instabilidade global em geral.

Tudo isso fortaleceu a reputação financeira do Brasil ao redor do mundo, aumentando a confiança dos investidores internacionais. Provas desse reconhecimento são os inúmeros prêmios recebidos durante o processo, como o Central Banker of the Year 2021, pela revista The Banker (Financial Times); Melhor Banco Central da América Latina 2020, pela revista Global Finance; e prêmios de inovação financeira pela implementação do Pix.

O novo presidente do BC terá decisões difíceis a serem tomadas, que dirão muito sobre a personalidade que estará à frente da instituição financeira e como ela influenciará no futuro do País. E, diante de fatores como o aumento nos preços de commodities, volatilidade cambial e do cenário internacional, esses desafios já devem chegar à sua mesa logo no início dos trabalhos.

O principal será ligado à política monetária e ajustes na taxa de juros Selic. Administrar a pressão de diferentes frentes como a de setores políticos que desejam implementar medidas populistas e pressões inflacionárias vindas de choques externos, será um ponto de equilíbrio tênue para o próximo líder.

A resiliência a esse tipo de tensão e aos fatores macroeconômicos internos e externos marcaram a passagem de Roberto Campos Neto pelo cargo. Portanto, o mercado ficará duplamente atento à gestão do novo presidente do BC nesse aspecto. A previsibilidade e a transparência são demandas cruciais para a manutenção da credibilidade da instituição, assim como do patamar elevado de investimento externo atingido nos últimos anos.

Por fim, ainda é essencial reforçar que o mercado espera a manutenção do forte posicionamento tecnológico e inovador alcançado na gestão de Neto. As agendas evolutivas do Pix e do lançamento do Drex (a futura moeda digital brasileira) são aspectos de extrema atenção nesse sentido.

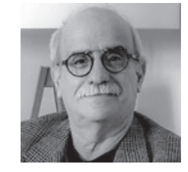
Outra expectativa bastante relevante é a atuação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) na implementação de novas regulações em mercados altamente especulativos, visando reduzir o constante aumento de fraudes e riscos relacionados à lavagem de dinheiro. São os casos dos setores de Bets e criptoativos, além de tecnologias como Bank as a Service.

Ou seja, é certo dizer que, independente do nome que teremos à frente do BC em breve, a sucessão de Roberto Campos Neto representa um momento chave para a economia brasileira. A capacidade dessa figura de equilibrar inovação com estabilidade mostrará o quanto o Brasil estará pronto para continuar sendo um elemento importante no cenário financeiro global. %

Mulheres cautelosas e homens vulneráveis



Jorge Calazans
Advogado especializado na defesa de investidores vítimas de fraudes financeiras, conselheiro estadual da Anacrim e sócio do escritório Calazans & Vieira Dias Advogados



Antonio Lopes Garcia
Presidente do Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo e Relações de Consumo (IPGE)

Recente pesquisa conduzida pelo Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo e Relações de Consumo (IPGE) revelou dados preocupantes sobre as vítimas de pirâmides financeiras no Brasil. O estudo, que entrevistou 3.443 pessoas, mostrou que 66,2% das vítimas são homens, enquanto as mulheres representam 33,8%. Esses números sugerem uma correlação direta com o comportamento observado no mercado de renda variável, conforme análise da B3.

Nos últimos anos, o número de mulheres investidoras em renda variável cresceu significativamente, com um aumento de 658% entre 2018 e 2023. No entanto, apesar desse crescimento expressivo, a participação feminina nesse mercado se mantém estagnada em 25%. Esse dado, embora positivo, indica que as mulheres ainda são minoria no ambiente de investimentos de maior risco, como a renda variável.

Por outro lado, o estudo da IPGE revela que os homens, que dominam o mercado de renda variável em números absolutos, também são mais suscetíveis a cair em esquemas fraudulentos, como pirâmides financeiras. Esse fato pode ser explicado por uma maior exposição dos homens ao risco e, possivelmente, por uma abordagem menos cautelosa ao investir.

As mulheres, que têm demonstrado uma entrada mais cautelosa e informada no mercado financeiro, acabam se expondo menos a esses tipos de fraudes. A pesquisa da B3 reforça que as mulheres tendem a investir mais tempo e recursos em educação financeira antes de realizar seus primeiros investimentos, o que pode ser um fator de proteção contra esquemas fraudulentos.

Em contraste, a pesquisa do IPGE evidencia a necessidade urgente de reforçar a educação financeira, especialmente entre os homens, que são as principais vítimas desses esquemas.

A maior conscientização sobre os riscos e armadilhas do mercado financeiro poderia reduzir significativamente o número de vítimas de pirâmides financeiras.

O paralelo entre as duas pesquisas destaca a importância da educação financeira e da conscientização dos riscos no mercado de investimentos. Enquanto as mulheres continuam a consolidar sua presença de maneira informada e estratégica, os homens precisam adotar uma abordagem mais cautelosa para mitigar os riscos associados a fraudes financeiras.

A promoção de uma cultura de educação financeira robusta é fundamental para proteger todos os investidores, independentemente de gênero, e para construir um mercado financeiro mais seguro e confiável no Brasil. %

EDITORIAL

O destino de Confins

O Aeroporto de Confins, construído por conta das limitações técnicas e operacionais que desaconselhavam a expansão do Aeroporto da Pampulha, foi erguido também por conta de exigências de organismos internacionais de aviação que entendiam, à época, ser necessária a existência de alternativa para os voos que, originários da Europa, tinham como destino o Rio de Janeiro ou São Paulo. Os aviões que faziam estas rotas chegavam ao seu destino com níveis críticos de combustível, daí a necessidade de uma alternativa para pouso em caso, por exemplo, de mau tempo. Essa necessidade e mais pressões locais deram prumo ao projeto que, adiante, parcialmente concluído, chegou a ser dado como inviável, por falta de demanda e assim quase abandonado. Cogitou-se, inclusive, em transformar as construções existentes em algo como um shopping center.

As más previsões felizmente não se confirmaram e hoje, em plena operação, Confins se transformou em importante hub para a aviação doméstica, está entre os mais movimentados aeroportos do País, além de ostentar padrões de qualidade operacional que o situam entre os melhores do mundo, conforme avaliações técnicas externas. Em síntese, um daqueles casos em que a privatização foi, efetivamente, algo como poderosa alavanca para o sucesso. São as credenciais que permitem à concessionária BH Airport anunciar agora mais um importante passo no rumo da consolidação do empreendimento, dando concretude ao antigo projeto de transformar Confins com o conceito de aeroporto-cidade, ou aeroporto-indústria, com desenvolvimento imobiliário de seu entorno e investimento previsto de R$ 1,8 bilhão.

Com recomendável prudência, a concessionária informou ao Diário do Comércio que são, por enquanto, apenas estudos, porém já em fase de conclusão e possível aprovação, o que deve ser confirmado ainda neste ano. Ganha forma, portanto, projeto antigo e destinado ao melhor aproveitamento do entorno do aeroporto, com desenvolvimento imobiliário e atração de indústrias de ponta, alta tecnologia, cujas atividades seriam favorecidas pelas facilidades do próprio aeroporto, inclusive aquelas de natureza alfandegária.

Cabe festejar e muito mais que a geração de 5 mil empregos diretos na região. Cumpre-se, finalmente, o destino do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde pode estar surgindo um novo polo de desenvolvimento, com potencial para modificar, para melhor, a própria economia estadual. Cabe esperar que o projeto avance e que contemple substanciais melhorias também no acesso à área de Confins, tornando realidade o acesso sobre trilhos, igualmente cogitado no passado e abandonado quando o futuro de Confins parecia incerto e bem distante do sucesso já alcançado. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À



Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Justiça anula audiências da Vale sobre Projeto Apolo

MINERAÇÃO Empreendimento fica próximo à Unidade de Conservação Federal (UC) do Parque Nacional da Serra do Gandarela, na região Central do Estado

MARCO AURÉLIO NEVES

A Justiça Federal determinou a anulação de duas audiências públicas realizadas pela Vale para o processo de licenciamento ambiental para o Projeto Apolo, entre as cidades de Santa Bárbara e Caeté, na região Central de Minas Gerais.

O empreendimento é próximo à Unidade de Conservação Federal (UC) do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Segundo ação movida pelo Projeto Manuelzão e Instituto Guaicuy, as audiências não poderiam ser realizadas sem a Autorização de Licença Ambiental (ALA) do gestor da UC, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Além de deferir tutela de urgência para anular as duas audiências realizadas nos dias 22 e 23 de maio deste ano, a juíza Ana Cristina Rocha Gonçalves condicionou a continuidade do processo de licenciamento ambiental, com novas audiências, à prévia formalização do pedido de autorização para licenciamento ambiental do Estado de Minas Gerais ao ICMBio.

"A submissão dos projetos a audiências públicas antes da formalização do pedido de autorização junto ao ICMBio, com subsequente análise das ponderações obrigatórias daquela autarquia, configura ato ilegal e temerário e, como tal, passível de anulação", declarou a juíza no despacho.

Vale estuda medidas - O Projeto Apolo da Vale prevê a produção de cerca de 14 milhões de toneladas de sinter feed por ano a umidade natural, ou seja, sem uso de água no beneficiamento do minério de ferro. Neste tratamento a seco do mineral não há geração de rejeitos, eliminando a necessidade de barragem ou outra estrutura para disposição de rejeitos. Ainda em 2009, o projeto tinha um valor estimado de aporte da ordem de R$ 4 bilhões.

No novo Projeto Apolo a Umidade Natural consiste na instalação de uma unidade operacional, abrangendo mina, pilha de estéril, usina de tratamento de minérios e ramal ferroviário de 8 km que se conectará à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) para escoamento da produção via ferrovia até o Porto de Tubarão, em Vitória (ES).

Em nota, a Vale declarou que está estudando as medidas cabíveis. A mineradora afirmou que as audiências públicas do Projeto Apolo observaram a legislação e defendeu que o processo de licenciamento ambiental foi instruído, formalizado e publicizado com ética e transparência. A empresa ressaltou que o empreendimento está em fase inicial de análise pelo órgão ambiental para concessão da Licença Prévia.

Ameaça a aquífero - O fundador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa, comemorou a decisão do Poder Judiciário e criticou as mineradoras por terem criado uma "seca subterrânea" pela retirada em excesso da água bruta para mineração. Ao longo do tempo essa retirada aumentou o déficit dos aquíferos, secou nascentes e gerou escassez hídrica.

Segundo o ambientalista, esse seria um efeito do Projeto Apolo da Vale no aquífero da região. "Essa decisão é muito justa. Nós não estamos brincando de uma pequena causa e isso é o futuro da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A dependência nossa dessa região para fins paisagísticos, de clima e, sobretudo água, é fundamental", disse.

> **"Ação contra mineradora foi movida pelo Projeto Manuelzão e Instituto Guaicuy; audiências foram nos dias 22 e 23 de maio deste ano"**

Além disso, Heringer explica que a mineração próxima à Serra da Gandarela, mesmo que a seco, sem barragens de rejeitos, coloca a região e a Capital sob outros riscos dos depósitos de rejeitos, como poluição do ar e assoreamento na bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

"Na Serra da Gandarela não tinha mineração ainda. O que haverá lá serão cavas de 7 km, vão botar montes de terra, mas toda essa terra pode descer com a chuva e vai descer para os rios. O que eles fizeram lá em Mariana e Brumadinho em duas, três horas, farão em 20 anos e vai empoeirar BH", comenta.

Um dos destinos do escoamento desse rejeito seria a Estação de Tratamento de Água (ETA) Bela Fama, em Nova Lima, responsável por 70% do abastecimento da RMBH. "Se tiver lama descendo de Ouro Preto vai entupir a estação. Este é o ponto nevrálgico", finaliza Heringer.



Serra da Gandarela fica entre Santa Bárbara e Caeté; projeto da Vale prevê mina, pilha de estéril, usina de tratamento de minério e ramal ferroviário FOTO: REPRODUÇÃO YOUTUBE / ICMBIO

Mineradora negocia venda parcial da Aliança Geração

LEONARDO MORAIS

Após adquirir o controle total da Aliança Geração de Energia, a mineradora Vale está negociando parte da companhia no mercado. A empresa, considerada uma das principais geradoras privadas de energia elétrica do Brasil, é fruto de uma parceria estratégica da Vale com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) firmada há nove anos e encerrada no primeiro semestre deste ano.

De acordo com a mineradora, que confirmou a negociação, novos potenciais parceiros estão sendo avaliados para a Aliança Energia. Em comunicado, a mineradora destaca que "não há qualquer instrumento vinculante ou decisão tomada a respeito de quem será o potencial parceiro ou sua estrutura de capital".

A ação ocorre aproximadamente seis meses após a Vale adquirir a fatia de 45% pertencente à Cemig. Segundo o consultor de mercado de energia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Sérgio Pataca, após as negociações com a Vale não avançarem, a Cemig vendeu a totalidade da participação para a mineradora.

"A Vale já tem uma política de dividir investimentos e participar de joint ventures, já a Cemig, em sua nova gestão, segue pelo caminho oposto, priorizando por aquisições totais ou desinvestimentos", avalia.

O investimento em empreendimentos conjuntos, de acordo com o consultor, são alternativas comuns no mercado de energia elétrica por unir capitais e conhecimento, ao mesmo tempo que dividem-se riscos. "A Aliança Energia foi formada a partir de um grande consumidor, que é a Vale unida ao conhecimento técnico de operação da Cemig", acrescenta.

Receita estável - Fundada em 2015, a Aliança Geração de Energia atualmente possui sete usinas hidrelétricas em Minas Gerais, além de dois parques eólicos no estado do Ceará. Somados, a companhia possui capacidade instalada de 1.328 Megawatts (MW).

A empresa trabalha com contratos de venda de energia de longo prazo, no ambiente de contratação livre (ACL) com as suas acionistas e no ambiente de contratação regulada (ACR) com distribuidoras de energia elétrica. Segundo a companhia, a ampla possibilidade de contratação permite que a Aliança obtenha uma receita estável e previsível para os próximos anos.

Com sede em Belo Horizonte, a empresa também aposta em diversificar a matriz energética, partindo pela geração de fontes diversificadas, como eólica e solar, assegurando a sustentabilidade das operações.

CONTRUINDO O AMANHÃ

CARLA ARRUDA



Diretora Executiva de EMBA e Graduação da Fundação Dom Cabral

A nova era da Inteligência Emocional

Todo mês, ao escrever para esta coluna, mergulho em estudos para trazer algo relevante para você, leitor. Este mês, refleti sobre o que mais poderia acrescentar ao tema da Inteligência Emocional (IE) – um tópico já tão discutido, mas ainda fundamental na formação de líderes.

É inevitável mencionar Daniel Goleman, o renomado psicólogo que, na década de 1990, trouxe à tona o conceito de IE, mudando para sempre a forma como entendemos a liderança. Ele nos mostrou que liderar vai além de técnicas e estratégias; envolve reconhecer, entender e gerir nossas emoções e as dos outros.

Enquanto continuava minha pesquisa, me deparei com a história de SatyaNadella, CEO da Microsoft, e confesso que fiquei fascinada. Através de suas experiências pessoais, Nadella aprendeu que liderar com empatia não apenas impulsiona a inovação, mas também transforma organizações em verdadeiras referências focadas no cliente, impactando positivamente a vida de milhões de pessoas.

São muitos os exemplos de líderes que aplicam a Inteligência Emocional, assim como são diversas as organizações que se destacam ao desenvolver essa habilidade crucial em seus colaboradores, como o Google, com seu programa 'Search InsideYourself', que combina mindfulness com IE para melhorar a resiliência e a colaboração, ou a Johnson & Johnson, que segue fielmente os princípios de seu Credo, promovendo uma cultura de cuidado e transparência.

Quando trazemos o tema da IE para os tempos atuais, onde a tecnologia e a globalização imperam, me pergunto: estamos também vivendo uma nova era da inteligência emocional? Para mim, a IE se torna ainda mais essencial.

Com organizações cada vez mais digitais e equipes espalhadas pelo mundo, a capacidade de líderes e colaboradores de se conectarem emocionalmente, mesmo à distância, é fundamental para manter a coesão e o engajamento.

Adicionalmente, em um cenário empresarial complexo e dinâmico, onde as mudanças são rápidas e as incertezas prevalecem, a IE permite que líderes tomem decisões mais informadas e compassivas, guiando equipes com resiliência e empatia.

Além disso, a IE fortalece a capacidade das organizações de inovar, adaptando-se rapidamente às novas realidades do mercado, sem perder de vista as necessidades humanas em um mundo cada vez mais tecnológico.

Como garantimos que as gerações futuras estão sendo formadas para liderar nesse mundo complexo de forma empática e com inteligência emocional? A meu ver, preparar esses jovens desde cedo, investindo no desenvolvimento de inteligência emocional junto às habilidades técnicas definirá os grandes líderes do amanhã – aqueles que não só atingem resultados, mas também deixam um impacto positivo, moldando organizações mais justas e humanas.

Locadoras de veículos estimam crescer 10%

SERVIÇOS Entre os fatores que impulsionam o faturamento do setor em Minas estão mudanças culturais em relação ao uso de carros

JULIANA SODRÉ

O setor de locação de veículos está em franco crescimento e deve fechar 2024 com uma alta entre 8% e 10% no faturamento ante o ano passado. A mudança de cultura das organizações e das próprias pessoas tem aumentado o consumo desse tipo de produto e ampliado a aderência do serviço, de acordo com o diretor-executivo do Sindicato das Empresas Locadoras de Automóveis do Estado de Minas Gerais (Sindloc), Leonardo Soares.

De acordo com o diretor do sindicato, o primeiro semestre teve um desempenho satisfatório e, historicamente, o segundo desempenha ainda melhor. Por isso, as expectativas positivas para o encerramento do ano. Só em 2023 (dados mais atualizados), 370 mil carros foram emplacados no Estado pelas mais de 3 mil locadoras existentes. Número superior ao ano anterior (2022), quando as locadoras emplacaram 2,6 mil automóveis.



Terceirização é responsável por 60% da frota de veículos alugados no Brasil, aponta dados da Abla FOTO: FROTA / LOCALIZA HERTZ

> **"O Estado também entendeu que é mais barato ter carro alugado do que ter o carro próprio e arcar com toda a manutenção. Temos os exemplos das polícias militares, das frotas da área da saúde que já são quase todas alugadas"**
> Leonardo Soares

Ele explica que o crescimento contínuo é resultado de uma cultura de locação cada vez mais presente na sociedade. "Estamos quebrando um paradigma histórico que é de ter uma propriedade e o carro ser um bem. O carro passou a ser entendido como uma ferramenta de trabalho, de uso e de mobilidade", afirma Soares.

Entretanto, a grande frota do País continua sendo a corporativa. A terceirização responde por mais da metade da frota alugada do Brasil. Em Minas Gerais, de acordo com os dados Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis (Abla), a terceirização é responsável por 60% da frota de veículos alugados. O turismo e lazer, por 25% e o turismo de negócios pelo restante (15%).

"A terceirização continua sendo a maior oportunidade de crescimento das locadoras do Estado porque a maioria das frotas corporativas ainda é própria", diz o diretor do Sindloc.

"Estamos falando da frota privada e da pública também. Volto à questão da cultura. O Estado também entendeu que é mais barato ter carro alugado do que ter o carro próprio e arcar com toda a manutenção. Temos os exemplos das polícias militares, das frotas da área da saúde que já são quase todas alugadas", exemplifica.

Crédito - Para o diretor-executivo do Sindloc, o crédito de terceiros é o principal desafio para bancar as operações do setor de locação de veículos. A atividade de locação é uma atividade de capital intensivo, ou seja, negócios que requerem um alto montante de capital para operar, e o cenário econômico traz incertezas. "O dólar sobe, taxa de juros que cai ou não cai, situação que deixa os bancos mais seletivos e o crédito mais difícil", pontua.

De acordo com Leonardo Soares, as locadoras não têm tido o acesso ao crédito que gostariam de ter. "O apetite delas é maior do que elas têm conseguido captar". Entretanto, até agora não interferiu no crescimento do setor. Outro ponto de atenção que Soares levanta é a expectativa do que virá efetivamente da reforma tributária para o setor.

Setor encontrou um novo nicho

O surgimento dos aplicativos de mobilidade, a princípio, assustou o setor de locação. O diretor-executivo do Sindloc, Leonardo Soares, conta que lembra de participar de reuniões com empresários preocupados com a chegada dos aplicativos e em busca de solução para o que, na época, foi entendido como uma grande concorrência.

"De repente, foi um nicho novo que surgiu e que se consolidou. Não vamos deixar de ter aplicativos de mobilidade. O setor de locação de carros se tornou um setor vinculado à mobilidade e deve responder em torno de 30% a 40% da frota dos aplicativos", sugere. Na visão de Soares, o motorista profissional que faz a conta das despesas, entende que é a melhor opção.

Quanto às novas oportunidades, o diretor conta que, timidamente, o setor de locações tem explorado o mercado de pesados. "Já existem empresas investindo alto na locação de caminhões. Porém, é um segmento que ainda cresce de forma mais tímida, pois é um bem de alto valor e exige muito capital dos empresários", constata.

Da mesma forma, a locação de motocicletas vem se tornando uma oportunidade. "A demanda tem vindo justamente dos entregadores", conta. Porém, apresenta uma dificuldade na gestão. "Ela é um bem mais barato, mas tem muito acidente, é mais fácil de roubar", comenta. Apesar disso, o diretor afirma que tem se apresentado como uma tendência e já é notável o aumento vertiginoso da oferta delas para locação.

Inadimplência - O mercado de assinaturas de veículos para pessoas físicas foi outro nicho que apresenta crescimento iminente no Estado. Entretanto, tem enfrentado um risco específico no negócio: a inadimplência. "Esse segmento tem um risco e está vinculado à situação econômica do País".

De acordo com a Abla, o mercado de assinaturas cresceu 31% em 2023 em todo o Brasil, mas junto aumentou os consumidores que não honraram suas prestações. "Por isso, as locadoras também ficaram mais seletivas para a entrega do bem". **(JS)**

Segmento de aplicativos cresceu 76,5%

Nos últimos três anos houve crescimento de 76,5% no total de carros alugados para motoristas de aplicativos no Brasil, de acordo com dados da Conforme estatísticas da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla). O salto, em números absolutos, foi de 170 mil veículos locados nessa modalidade em meados de 2021, para mais de 300 mil agora, no segundo semestre de 2024.

A frota total das locadoras no Brasil chegou a 1.570.820 automóveis e comerciais leves ao final de 2023. "Portanto, os mais de 300 mil carros locados para quem trabalha com aplicativos representam atualmente entre 18% e 20% de todos os carros das locadoras no país", calcula o presidente da Abla, Marco Aurélio Nazaré.

Segundo ele, essas estatísticas mostram que cada vez mais profissionais, ao fazerem contas, concluem que o aluguel é mais econômico do que trabalhar com carro próprio. "Despesas para o licenciamento, emplacamento, IPVA, para busca e compra de peças e até com mecânicos ficam com a locadora", explica o presidente da associação setorial.

O vice-presidente da Abla, Paulo Miguel Júnior, acrescenta que o potencial de aluguel para esses motoristas também é influenciado pelo preço dos combustíveis e pelas tarifas dos próprios aplicativos. "Cenários sem aumentos repentinos nos postos, assim como políticas tarifárias dentro da realidade da economia brasileira, praticadas pelo Uber e 99, também são importantes para a locação".

Outro fator apontado pela entidade setorial para a demanda por essa modalidade de aluguel é que, com ela, os motoristas deixam de gastar quantias elevadas de uma vez para dar entrada ou comprar carros à vista. E, ainda, com o aluguel o profissional transfere para a locadora o custo da depreciação que o automóvel sofre ao longo do tempo.

Por fim, se o carro alugado quebrar, um veículo reserva geralmente já está incluído nos contratos. "A continuidade do trabalho nos casos de colisões, pane mecânica ou mesmo pane elétrica é fundamental nesse tipo de atividade, na qual o profissional somente obtém rendimentos quando não está parado", completa Paulo Miguel Júnior. **(Com informações da Abla)**

Emplacamentos avançam, mas juros preocupam

VEÍCULOS Entre janeiro e agosto vendas em Minas cresceram 2,7%, aponta a Fenabrave

THYAGO HENRIQUE

Minas Gerais registrou 59,2 mil vendas de veículos novos em agosto deste ano, o que representa queda de 1,2% em relação ao mesmo mês de 2023 e aumento de 2,4% no confronto com julho. Com o resultado, o Estado acumulou, nos primeiros oito meses de 2024, 411,3 mil unidades vendidas, volume 2,7% maior que o apurado em igual intervalo do exercício anterior.

Por categoria, no sétimo mês do ano, os emplacamentos de automóveis e comerciais leves totalizaram 43,4 mil unidades, baixa interanual de 5,7% e alta mensal de 0,4%. Já os licenciamentos de ônibus e caminhões somaram 2 mil unidades, com respectivos avanços de 40,1% e 18,4%, enquanto os de motocicletas subiram 10,6% e 7,7%, para 11,8 mil unidades.

Os dados são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) e, conforme explica o diretor-executivo da entidade em Minas Gerais, Carlos Barreto, o mercado de vendas de veículos novos continua estável. Segundo ele, o Estado deve encerrar 2024 com um crescimento semelhante ao projetado pelo setor para o Brasil, de aproximadamente 14,7%.

Contudo, o dirigente pondera que o mercado está preocupado com um possível aumento da taxa de juros, visto que a expectativa no momento é que o Banco Central eleve a Selic nas próximas reuniões, o que influenciará negativamente as negociações. "Com certeza vai impactar, porque o nosso cliente é o cliente de financiamento, 85% das vendas são financiadas", ressalta.

A taxa básica de juros está estacionada em 10,5% ao ano, após o Comitê de Política Monetária (Copom) mantê-la por dois encontros consecutivos, interrompendo um ciclo de sete reduções. O próximo encontro da cúpula está agendado para os dias 17 e 18 deste mês. Os agentes econômicos enxergam a possibilidade de um aumento para controlar a aceleração da inflação.

No Brasil, os emplacamentos somaram 422,9 mil unidades em agosto, o que equivale a acréscimos de 13,8% em comparação a igual mês do exercício passado e 0,7% frente a julho. Com o resultado, o País totalizou 3 milhões de vendas no acumulado de 2024, representando alta de 15,7% no confronto com os oito primeiros meses de 2023, de acordo com a Fenabrave.

Sobre o tipo de veículo vendido, foram 223,2 mil automóveis e comerciais leves comercializados no sétimo mês do ano, avanço interanual de 13,4% e recuo mensal de 1,8%. Os licenciamentos de ônibus e caminhões subiram 31,2% e 1%, respectivamente, para 14,2 mil unidades, ao passo que as negociações de motocicletas chegaram a 163,9 mil unidades, com altas de 14,8% e 4,5%.

Juros altos - Para o presidente da Federação, José Maurício Andreta Jr., a taxa de juros ainda pode impactar negativamente os números. Positivamente, ele avalia que a definição das eleições municipais destravaria as compras de ônibus, por meio de programas como o "Caminho da Escola", com pedidos bloqueados até o fim do período eleitoral, e a melhora dos preços das *commodities*, que têm impactado nas vendas de caminhões, implementos rodoviários e máquinas agrícolas.

Segundo o executivo, de qualquer modo, o mercado caminha para encerrar este ano conforme o previsto pela entidade. Entretanto, o desempenho positivo ainda estaria abaixo dos melhores anos do setor. Para ele, há a necessidade da criação de um programa complementar ao Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que seja permanente e que leve à descarbonização e renovação da frota circulante, estimada em cerca de 19 anos, em média, considerando apenas automóveis.



Andreta Jr afirma que juros podem impactar resultados neste ano FOTO: MARCO VENÍCIO / FENABRAVE

PARCEIRO COMERCIAL

Investimentos chineses no País somam US$ 1,73 bi

Pequim - Os investimentos da China no Brasil alcançaram US$ 1,73 bilhão em 2023, crescimento de 33% em relação a 2022. Trata-se, no entanto, do segundo valor mais baixo ao longo dos últimos 15 anos, só ficando à frente do ano anterior.

Túlio Cariello, diretor de pesquisa da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), que produziu o relatório sobre investimentos, destaca dois fatores como explicação.

"O primeiro é que não houve, em 2023, projeto particularmente grande em termos de aporte de capital", diz. "Não houve aporte tão intensivo como no início dos anos 2010, por exemplo, que foi quando aconteceram alguns dos maiores investimentos."

Dessa vez, os principais foram direcionados para as fábricas de carros elétricos da BYD e da GWM, principalmente com a entrada da primeira no Brasil. Ainda assim, são projetos de longo prazo, que levam a uma divisão, no relatório, dos valores bilionários anunciados para inversão.

"É uma questão metodológica", diz Cariello. "Por exemplo, se a empresa diz que vai investir US$ 4 bilhões no Brasil nos próximos quatro anos, considera-se que em 2023, no ano um, só entra US$ 1 bilhão."

A segunda explicação para o resultado relativamente baixo é o câmbio. Os investimentos são em geral realizados em dólar, por empresas que estão entrando pela primeira vez no país, com projeto específico.

"O real está hoje bem mais desvalorizado do que estava no início dos anos 2010, que foi quando a gente teve o maior valor total investido total no Brasil, chegando a US$ 13 bilhões, muito mais que no ano passado", diz Cariello.

Segundo o levantamento, a elevação dos investimentos chineses no Brasil em 2023 ocorreu apesar da queda de 17% no capital estrangeiro que entrou de forma geral no País.

Chama a atenção que os estados brasileiros que mais atraíram projetos da China no ano passado tenham sido São Paulo (39%), Minas Gerais (29%) e Goiás (10%), com governadores de oposição e possíveis candidatos à Presidência. **(Nelson de Sá/Folhapress)**



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 12.009.135/0001-05 - NIRE 313.001.0607-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024

(lavrada na forma de sumário como faculta o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76)

I. DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: No dia 13 de agosto de 2024, às 16:30 horas, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") da **ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), de forma digital, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 121, § único, e 124, §2º-A, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **II. CONVOCAÇÃO:** Conforme o artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, foi dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas da Companhia". **III. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **IV. MESA:** A acionista indicou para presidir a mesa o Sra. Andréa Jota Lizardo, o qual convidou a Sra. Livia Cristina Pulis Ateniense, para secretariar os trabalhos da mesa. **V. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** alteração do número de membros do conselho de administração da companhia; **(ii)** alteração do cargo e da atribuição dos Diretores da Companhia; **(iii)** aprovação da reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** a aprovação de autorização aos Diretores para tomarem todas as medidas e assinarem os documentos necessários ou convenientes à implementação e efeito das deliberações tomadas nesta Assembleia. **VI. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, a acionista titular de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, após exame das matérias constantes da ordem do dia, decidiu, sem reservas: (i) Aprovar a redução do número de membros do Conselho de Administração de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes para 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes. Em virtude da deliberação constante neste item (i), fica ratificada a composição do Conselho de Administração da Companhia da seguinte forma: **Conselheiro/Cargo:** Ludmila Lopes Nascimento Brasil - **Presidente** – Conselheira Efetiva; Paulo de Tarso de Alexandria Cruz - **Vice-Presidente** – Conselheiro Efetivo; João Sichieri Moura - Conselheiro Efetivo; Juliana Martins das Chagas Pires - Conselheira Suplente; Andréa Jota Lizardo - Conselheira Suplente; Tacio Ulisses de Carvalho Neto - Conselheiro Suplente. (ii) Aprovar a alteração das atribuições da Diretoria da Companhia, conforme segue: • O **Diretor de Operação** passará a exercer o cargo de **Diretor de Operação e Engenharia**, que exercerá as funções de operação e de engenharia da Companhia. • O **Diretor de Comercialização e de Engenharia** passará a exercer o cargo de **Diretor Financeiro e Administrativo**, que exercerá as funções financeiras, administrativas e de comercialização de energia. (iii) Aprovar, em decorrência das deliberações acima e do Distrato ao Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, a reformulação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação apresentada no Anexo I da presente ata da Assembleia Geral Extraordinária. (iv) Aprovar a outorga de autorização ao(s) Diretor(es) para tomar(em) todas as medidas e assinar(em) os documentos necessários ou convenientes à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **VII. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo suficiente à lavratura desta Ata, a qual, após, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinado Digitalmente: **Mesa** Andréa Jota Lizardo (Presidente); Livia Cristina Pulis Ateniense (Secretária). **Acionista:** VALE S.A. p. Andréa Jota Lizardo. Confere com o original lavrado em livro próprio. **Livia Cristina Pulis Ateniense** - Secretária. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DA ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º** - **ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que será regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.170-050, podendo criar ou extinguir filiais, em qualquer local do território nacional ou estrangeiro, por deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica. **Artigo 4º** - O prazo de vigência da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$1.291.487.501,00 (um bilhão, duzentos e noventa e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e um reais), dividido em *1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e dois mil, quinhentas)* ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá como titular de direitos o acionista identificado em seus registros. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia não emitirá certificados de ações e/ou partes beneficiárias. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 6º** - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral reunir-se-á: I - ordinariamente, nos 4 (quatro) meses após o término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, ou o pagamento de juros sobre o capital social, conforme o caso; e (iv) fixar a remuneração dos administradores; e II - extraordinariamente sempre que, mediante convocação na forma da lei e deste Estatuto Social, os interesses da Companhia exigirem. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração (i) por carta com entrega pessoal ou por carta registrada dirigida a cada acionista, com aviso de recebimento, e postada de forma que seja recebida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da assembleia, sem prejuízo da publicação dos editais de convocação na forma prevista na Lei das S.A.; e (ii) por email enviado a cada acionista com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da assembleia, sujeito à existência de comprovante de recebimento e leitura de cada email, sem prejuízo da publicação dos editais de convocação na forma da Lei 6.404/1976. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral será instalada nos termos da lei e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Em caso de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e secretariada por quem os acionistas presentes escolherem. Em caso de ausência ou impedimento de ambos Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada, presidida e secretariada por quem os acionistas presentes, de comum acordo, escolherem. **Parágrafo Terceiro** - Sempre que possível as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária serão realizadas conjuntamente. **Parágrafo Quarto** - Todas as deliberações em sede de Assembleia Geral deverão ser aprovadas pelo voto afirmativo de acionistas que representem a totalidade das ações de emissão da Companhia com direito a voto. **Parágrafo Quinto** - Somente poderão votar os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, até 5 (cinco) dias úteis antes da data designada para a realização da Assembleia Geral. **Parágrafo Sexto** - O acionista poderá se fazer representar na Assembleia Geral por procurador constituído mediante mandato escrito, observado o disposto na Lei das S.A. **Parágrafo Sétimo** - Das deliberações das Assembleias Gerais serão lavradas atas no livro próprio. **Artigo 8º** - Sem prejuízo de outras matérias de competência da Assembleia Geral previstas em lei, as seguintes matérias, tanto no âmbito da Companhia, quanto no âmbito das sociedades e/ou consórcios nos quais a Companhia detenha participação, deverão ser submetidas às Assembleias Gerais da Companhia: (i) fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações ou outra reestruturação societária de qualquer natureza, ou a transformação do tipo societário; (ii) aumento ou redução do capital social; (iii) aquisição, alienação, resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações; (iv) aquisição e alienação de participação societária ou participação em consórcio, a qualquer título, direta ou indiretamente; (v) quaisquer modificações nas cláusulas dos seus atos constitutivos; (vi) liquidação e dissolução e nomeação do liquidante, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; (vii) eleição e destituição dos auditores independentes, os quais deverão ser de renomada reputação; (viii) prestação de quaisquer garantias, incluindo garantia corporativa, em obrigações de terceiros; (ix) renúncia de direitos e outras transações, obrigações ou compromissos que envolvam, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, valor igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais); (x) emissão de debêntures, títulos ou direitos ou outros valores mobiliários; (xi) aprovação de plano de opção de compra de ações; (xii) definição da remuneração global e anual dos administradores; (xiii) participação em qualquer pessoa jurídica, entidades sem personalidade jurídica, sociedade, fundo de investimento, associação, fundação, *partnership*, entidade, consórcio, *trust*, *joint venture*, condomínio, qualquer outra forma de organização ou ainda, qualquer autoridade governamental ou qualquer outra entidade capaz de contrair direitos e obrigações ("Pessoa"); (xiv) retenção de lucros, o não pagamento do dividendo mínimo obrigatório, a criação de reservas de lucros, a destinação de lucros para reservas, incluindo a reserva de lucros a realizar; (xv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou a declaração de autofalência; (xvi) doações para órgãos da administração pública federal, estadual e municipal; (xvii) criação de qualquer espécie de passivo, contingência ou obrigação de natureza financeira, por meio de qualquer ato ou negócio jurídico que possa representar uma obrigação de pagamento, em um único negócio ou contrato, ou em uma série de negócios ou contratos relacionados, não previstos expressamente nos demais itens deste Artigo 8º ou nos itens do Artigo 15º; (xviii) aquisição, oneração, venda, permuta ou outra forma de alienação de bens do ativo (inclusive por meio de qualquer operação de fusão, incorporação, cisão ou outra forma de reorganização societária), cujo valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais); (xix) celebração de contratos ou aditivos contratuais relativos a aquisição de bens e prestação de serviços nos casos em que o valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais); (xx) ajuizamento de ações judiciais, ou a celebração de acordo em qualquer ação judicial representando valor, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto medidas de urgência visando salvaguardar direitos sob grave e urgente ameaça; (xxi) contratação de garantias de qualquer natureza, observado o disposto no item (viii) acima, e realização de depósitos judiciais e administrativos, cujo valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais); (xxii) aprovação de doações, contribuições discricionárias e ações de relacionamento, bem como patrocínios institucionais e demais gastos discricionários, cujo valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$200.000,00 (duzentos mil reais); (xxiii) aprovação de todo e qualquer novo empreendimento identificado pela Companhia, em qualquer fase de desenvolvimento, implantação ou operação, exclusivamente de geração de energia elétrica, que possa ser desenvolvido e/ou adquirido pela Companhia; (xxiv) prática de quaisquer outros atos não contemplados nos itens (i) a (xxiii) acima ou no Artigo 15º, cujo valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e (xxv) aprovação ou alteração do plano de negócios aprovado pelos acionistas da Companhia contendo as diretrizes estratégicas e financeiras, visando à maximização dos resultados operacionais da Companhia. **Parágrafo Único** - Os valores previstos nos itens deste Artigo 8º serão corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO: Artigo 9º** - A Companhia será administrada por (i) um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral; e (ii) uma Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração. ***Seção I - Conselho de Administração:*** **Artigo 10** - O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País. **Artigo 11** - Os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente, serão eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **Artigo 12** - O montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixado pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 13** - O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado, de 03 (três) anos, sendo permitidas reeleições. **Parágrafo Primeiro** - Ocorrendo a vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, devido a falecimento, renúncia ou destituição, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para eleger o seu substituto. **Parágrafo Segundo** - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporários dos conselheiros titulares, estes serão substituídos por suplentes, que assumirão as suas funções e votarão em seu lugar como se o conselheiro titular ausente ou impedido estivesse presente à reunião. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos seus cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos. **Artigo 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês ou na periodicidade acordada por seus membros e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação, na forma abaixo estabelecida. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente ou por 2 (dois) de seus membros. **Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas (i) por carta com entrega pessoal ou por carta registrada dirigida a cada membro, com aviso de recebimento, e postada de forma que seja recebida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, contendo a data, horário, local e ordem do dia; e (ii) por e-mail enviado a cada membro de forma que seja recebido com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, conforme comprovante de recebimento e leitura de cada email, contendo a data, horário, local e ordem do dia; salvo se os conselheiros renunciarem a esse prazo. **Parágrafo Terceiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão validamente instaladas e realizadas com a presença da totalidade dos seus membros efetivos ou seus suplentes. As reuniões poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. Nesta hipótese, os membros do Conselho de Administração deverão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião (mas, em qualquer hipótese, antes do cômputo dos votos), por correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível, sendo certo que uma cópia das referidas orientações de voto ficará arquivada na sede da Companhia. O conselheiro, agindo conforme o disposto acima, será considerado presente à reunião, seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e deverá, na primeira oportunidade, assinar a ata de reunião em questão, bem como o livro societário correspondente. **Parágrafo Quarto** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente. Caso o Presidente não participe de uma reunião, tal reunião do Conselho de Administração deverá ser presidida pelo Vice-Presidente. Caso ambos Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração não participem de uma reunião, tal reunião do Conselho de Administração deverá ser presidida pelo membro suplente do Presidente. **Parágrafo Quinto** - Todas as deliberações em sede de reunião do Conselho de Administração serão aprovadas pelo voto afirmativo da totalidade dos 3 (três) membros efetivos ou seus suplentes. **Parágrafo Sexto** - Nenhum membro do Conselho de Administração, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente, terá direito a voto de qualidade. **Parágrafo Sétimo** - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio. **Parágrafo Oitavo** - A ata de reunião do Conselho de Administração (i) que eleger ou destituir Diretores; (ii) designar ou fixar as atribuições dos Diretores, e/ou (ii) destinar-se a produzir efeitos perante terceiros, deverá ser arquivada na Junta Comercial e publicada em órgão da imprensa nos termos da Lei das S.A. **Artigo 15** - Sem prejuízo de outras matérias de competência do Conselho de Administração previstas em lei, as seguintes matérias, tanto no âmbito da Companhia, quanto no âmbito das sociedades e/ou consórcios nos quais a Companhia detenha participação, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração da Companhia: (i) orientação geral dos negócios; (ii) alocação da remuneração global anual, aprovada em sede de Assembleia Geral, entre os membros da Diretoria; (iii) parecer sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e o parecer dos auditores independentes, para posterior encaminhamento à Assembleia Geral; (iv) orçamento e plano de investimentos anuais ou plurianuais; (v) alterações no orçamento ou no plano de investimentos anuais ou plurianuais já aprovados; (vi) regulamentação dos termos e condições da política de participação nos lucros por seus administradores ou demais funcionários; (vii) aquisição, oneração, venda, permuta ou outra forma de alienação de bens do ativo (inclusive por meio de qualquer operação de fusão, incorporação, cisão ou outra forma de reorganização societária), cujo valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais); (viii) celebração de contratos ou aditivos contratuais nos casos em que o valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais); (ix) submissão à Assembleia Geral de proposta de aumento de capital e de reforma dos atos constitutivos; (x) submissão à Assembleia Geral de constituição de qualquer Pessoa; (xi) orientação de voto aos membros indicados pela Companhia em reuniões do conselho de administração e/ou conselho deliberativo de quaisquer sociedades ou consórcios nos quais a Companhia detenha participação, por meio de deliberação específica a ser aprovada anualmente, contendo as matérias e valores de alçadas a serem praticados por tais membros, observados os termos deste Estatuto Social e as matérias de competência da Assembleia Geral elencadas no Artigo 8º; (xii) celebração de qualquer acordo que restrinja ou limite as atividades ou direitos; (xiii) ajuizamento de ações judiciais, ou a celebração de acordo em qualquer ação judicial representando, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, valor igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto medidas de urgência visando salvaguardar direitos sob grave e urgente ameaça; (xiv) renúncia de direitos e outras transações, obrigações ou compromissos que envolvam valor, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, igual ou superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais); (xv) contratação de garantias de qualquer natureza, observado o disposto no item (viii) do Artigo 8º, ou a realização de depósitos judiciais e administrativos, cujo valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (xvi) aprovação de doações, contribuições discricionárias e ações de relacionamento, bem como patrocínios institucionais e demais gastos discricionários, cujo valor envolvido, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, seja igual ou superior a R$100.000,00 (cem mil reais), ressalvadas as doações para órgãos da administração pública federal, estadual e municipal que são de competência da Assembleia Geral; (xvii) definição e alteração da política contábil; (xviii) celebração de contratos com pessoas físicas ou jurídicas relacionadas a determinada Pessoa (conforme aplicável): (a) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e seus respectivos cônjuges e companheiros; (b) ex-cônjuges e ex-companheiros e seus respectivos ascendentes ou descendentes; (c) seus acionistas, sócios, suas coligadas, controladas, sociedade sob controle comum e seus controladores; e (d) sociedades cujos acionistas, quotistas e/ou administradores (quaisquer que sejam as denominações dos cargos) possuam a relação de parentesco indicada nos itens "a" e "b", acima com a Pessoa em questão; (xix) criação de órgãos técnicos e consultivos, nos termos do artigo 160 da Lei das S.A.; (xx) aprovação da política de comercialização de energia da Companhia; (xxi) fixação e revisão, anualmente, mediante resolução específica, dos valores de alçada para a celebração, pela Diretoria, de contratos de comercialização de energia, bem como contratos de uso do sistema de distribuição e transmissão (CUSD e CUST) e/ou contratos de conexão do sistema de distribuição e transmissão (CCD e CCT); (xxii) aporte de recursos, a qualquer título, em Pessoas controladas, em valor, isoladamente ou em uma série de operações relacionadas, igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e (xxiii) contratação de empresa de *headhunting* de primeira linha, especializada na contratação de executivos. **Parágrafo Único** - Os valores previstos no Artigo 15º serão corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas. ***Seção II - Diretoria -*** **Artigo 16** - A Diretoria será composta por 02 (dois) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, sendo 1 (um) Diretor de Operação e Engenharia e 1 (um) Diretor Financeiro e Administrativo. **Parágrafo Primeiro** - O Diretor de Operação e Engenharia exercerá as funções de operação e de Engenharia e o Diretor Financeiro e Administrativo exercerá as funções financeiras, administrativas e de comercialização de energia. As competências dos Diretores serão definidas de forma detalhada pelo Conselho de Administração. **Artigo 17** - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia. Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício dos seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 18** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões da Diretoria poderão ser convocadas por qualquer Diretor por carta com entrega pessoal ou por carta registrada dirigida a outro membro, com aviso de recebimento, e postada de forma que seja recebida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, contendo a data, horário, local e ordem do dia; e (ii) por e-mail enviado a cada membro de forma que seja recebido com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, conforme comprovante de recebimento e leitura de cada email, contendo a data, horário, local e ordem do dia; salvo se o outro Diretor renunciar a esse prazo. **Parágrafo Segundo** - Todas as deliberações em sede de reunião da Diretoria serão aprovadas pelo voto afirmativo da totalidade dos seus membros. **Parágrafo Terceiro** - No caso de vacância de cargo de Diretor, as reuniões da Diretoria ficarão suspensas até que seja realizada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo vago. **Parágrafo Quarto** - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no livro próprio. **Artigo 19** - A Companhia será sempre representada, (i) por 2 (dois) Diretores, em conjunto; (ii) por um Diretor, em conjunto com um procurador constituído pela Companhia; ou (iii) por 2 (dois) procuradores, em conjunto, constituídos pela Companhia. **Parágrafo Único** - As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores, em conjunto. Os mandatos concedidos por meio das procurações deverão especificar os poderes outorgados e ter um prazo de validade determinado, que não poderá exceder a 1 (um) ano, salvo aquelas para fins judiciais, que poderão ser válidas por prazo indeterminado. **Artigo 20** - É vedado o uso da denominação social em transações ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, sob pena de nulidade do ato e da responsabilização pessoal daquele que o tiver praticado. **CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL: Artigo** 21 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente e, quando instalado, será composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral na qual o Conselho Fiscal for instalado deverá fixar a remuneração de seus membros, que corresponderá ao mínimo legal. **Parágrafo Segundo** - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, permitida a reeleição. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL: Artigo 22** - O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 23** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, respeitados os planos de negócio e de investimentos aprovados pela Companhia, da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral; e (ii) 95% (noventa e cinco por cento), depois de feitos os ajustes previstos no artigo 202 da Lei das S.A., serão distribuídos como dividendo obrigatório, sendo que, se a reserva legal exceder 20% do capital social, a distribuição será de 100% (cem por cento). **Artigo 24** - A Companhia poderá deliberar o crédito e/ou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas e imputá-los a qualquer dividendo, obrigatório ou não. **Artigo 25** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais e/ou mensais, podendo com base neles declarar, por proposta do Conselho de Administração, dividendos intermediários e/ou intercalares e/ou juros sobre o capital próprio. **Artigo 26** - Os dividendos e juros sobre o capital próprio deverão ser pagos pela Companhia até 30 (trinta) dias de sua declaração, salvo se outro prazo tiver sido expressamente determinado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia. **CAPÍTULO VII - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO: Artigo 27** - A Companhia será dissolvida e/ou liquidada nos casos e na forma previstos em lei. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral determinará o modo de liquidação e elegerá o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação, cabendo ao Conselho de Administração nomear o liquidante. **CAPITULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS: Artigo 28** - Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 29** - As controvérsias decorrentes deste Estatuto Social devem ser submetidas a uma discussão entre os acionistas para análise de viabilidade de conciliação. Caso tais controvérsias não sejam dirimidas pelos acionistas em até 90 (noventa) dias contados da data da notificação escrita enviada por qualquer dos acionistas, tais controvérsias deverão ser submetidas à arbitragem, nos termos da lei nº 9.307/96, conforme alterada, de caráter vinculante entre os acionistas. É facultado aos acionistas, neste período, encaminhar o assunto a um mediador a ser escolhido de comum acordo, devendo tal mediador ser profissional experiente, com atuação mínima de 10 (dez) anos em companhias do setor elétrico, sem qualquer vínculo que o caracterize como Parte Relacionada dos acionistas que o impeça de apreciação isenta e imparcial, ou, ainda, que tenha interesse ou que da situação lhe aproveite algum benefício, sob pena de o impedimento do referido mediador ser alegado por qualquer dos acionistas de forma razoável e devidamente justificada. O mediador escolhido deverá obter uma solução mutuamente satisfatória dentro do período de 90 (noventa) dias acima mencionado, sob pena de ser iniciado o procedimento de arbitragem abaixo previsto. **Parágrafo Primeiro** - A disputa será submetida à Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem ("Câmara de Arbitragem") de acordo com seu regulamento ("Regulamento"), em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma Português. **Parágrafo Segundo** - A sede da arbitragem será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde será proferida a sentença arbitral, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. **Parágrafo Terceiro** - O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, que não terão qualquer vinculação com os acionistas, atual ou pretérita, cabendo a cada acionista indicar 1 (um) árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como Presidente do tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral"). Caso qualquer dos acionistas deixe de indicar árbitro e/ou os 2 (dois) árbitros indicados pelos acionistas deixem de nomear o terceiro árbitro, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da Câmara de Arbitragem indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento. **Parágrafo Quarto** - Os acionistas arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados. **Parágrafo Quinto** - O laudo arbitral será definitivo e vinculante para todos os acionistas, independentemente de eventual recusa, por parte de qualquer uma delas, de participar do procedimento arbitral, seja como parte ou terceiro interessado. **Parágrafo Sexto** - Os acionistas poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos seguintes casos, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelos acionistas: (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à constituição do Tribunal Arbitral, (iii) obter a execução específica de obrigações e (iv) executar qualquer decisão do tribunal Arbitral, elegendo, para tanto, o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **JUCEMG -** Registro nº 11943262 em 30/08/2024 e Protocolo 245306030 em 28/08/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Setor de seguros arrecada R$ 17,8 bi em Minas Gerais

CNSEG Resultado registrado no primeiro semestre representa incremento de 13,8% na comparação com o mesmo intervalo de 2023

LEONARDO MORAIS

O setor de seguros registrou um crescimento de 13,8% em arrecadação no primeiro semestre na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. No período, a receita atingiu R$ 17,8 bilhões em diferentes frentes, como automóveis, vida, viagem e residencial. Os dados foram divulgados pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

Com montantes que superam a cifra de bilhões, o segmento de automóveis lidera, com arrecadação de R$ 2,3 bilhões - índice 1,1% superior ao mesmo período de 2023. Logo em seguida aparece o seguro de vida, com R$ 1,2 bilhão arrecadado e alta de 9,4%.

Outras duas modalidades também se destacam, especialmente por obterem os maiores avanços em arrecadação do setor no primeiro semestre. O seguro residencial (16,9%) e o viagem (13,8%) foram os que mais cresceram em 2024, arrecadando R$ 200,2 milhões e R$ 14,4 milhões, respectivamente.

Especialista em proteção financeira, Suelen Trindade avalia que o mercado de seguros tem avançado em Minas Gerais e no País como um todo, com segmentos em crescente ascensão desde a pandemia, como o seguro de vida. "A partir da pandemia, as pessoas passaram a ter uma consciência maior a respeito da utilização da modalidade, que, em grande parte, é usada para coberturas em vida. Em geral, notamos uma maior aceitação das pessoas e percebemos que elas se preocupam cada vez mais em se proteger".

Suelen Trindade destaca também que outros seguros, como o residencial, que até então eram pouco expressivos, têm crescido em razão de eventos como catástrofes climáticas, que estão cada vez mais persistentes no cenário nacional. Já em relação ao seguro de automóveis, a especialista cita que o segmento segue consolidado e atrai cada vez interessados em Minas Gerais.



Crise climática e pandemia são fatores que resultaram no aumento da demanda por alguns tipos de apólices FOTO: BRUNO PERES / AGÊNCIA BRASIL

Indenizações - As indenizações por parte das seguradoras também avançaram no Estado, com crescimento superior ao de arrecadação. No primeiro semestre de 2024, o setor indenizou 24,1% a mais do que o mesmo período do ano passado, totalizando R$ 4,7 bilhões.

O segmento automobilístico segue em destaque, dessa vez com avanços significativos de 40,3% em indenizações, que somam R$ 1,6 bilhão. Também em crescimento significativo, o seguro residencial (28,2%) registrou o segundo maior avanço do setor, seguido pelo seguro viagem (15,7%) e vida (10,5%) - juntos, os três segmentos acumularam R$ 368,3 milhões em ações indenizatórias.

Ao analisar a cobertura do seguro de vida, Suelen Trindade pontua que o aumento das indenizações pode estar diretamente atrelado ao estilo de vida da população. "Hoje, as coberturas que impulsionam o aumento de sinistros na parte 'vida' estão relacionadas a casos de câncer, infarto e Acidente Vascular Cerebral (AVC)", avalia.

A especialista acrescenta que os avanços em indenizações sinalizam prováveis aumentos e reajustes no preço das coberturas. "Os resultados podem fazer com as empresas revejam o planejamento e aumentem o valor das coberturas", ressalta.

Para o segundo semestre, Suelen Trindade afirma que a expectativa é superior aos primeiros seis meses do ano, principalmente em relação a captação de clientes. Segundo ela, os avanços estão sendo impulsionados pelo aumento da competitividade entre as seguradoras.

Além da possibilidade de preços competitivos, a especialista destaca que as empresas seguem ampliando o portfólio de produtos, o que atrai mais clientes a partir da diversidade de coberturas. "Será um semestre de melhores resultados no mercado e nossa expectativa é uma das melhores possíveis", conclui.



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 12.009.135/0001-05 - NIRE 313.001.0607-1
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024

I. DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: no dia 13 de agosto de 2024, às 11:00 horas, na sede da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia"), localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Matias Cardoso, nº 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30170-050. **II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A reunião foi instalada e presidida na forma estatutária. Presentes os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia ou, na ausência do membro efetivo, os membros suplentes, abaixo assinados. **III. MESA:** Presidente: Matheus Carvalho Silvestre; Secretário: Lourenço Rocha Borba Dias de Castro. **IV. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre: (i) ratificação da composição da mesa; (ii) destituição de membro da Diretoria da Companhia; e (iii) registro da renúncia dos Membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"). **V. DELIBERAÇÃO:** Instalada a reunião, após a análise e discussão das matérias objeto da ordem do dia, os membros do conselho de administração decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) ratificar a indicação da composição da mesa da presente Reunião do Conselho de Administração, presidida pelo Sr. Matheus Carvalho Silvestre e secretariada pelo Sr. Lourenço Rocha Borba Dias de Castro; (ii) aprovar a destituição, com efeitos a partir desta data, da atual Diretora de Comercialização e Engenharia da Companhia, Sra. Cibele Soares Dias dos Anjos. A Companhia e a diretora ora destituída, mediante recebimento das verbas devidas e cumprimento das obrigações decorrentes da destituição, outorgam reciprocamente a mais ampla, plena, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar, em juízo ou fora dele. As funções do Diretor de Comercialização e Engenharia passam a ser temporariamente exercidas pelo Diretor de Operações, Sr. Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho, até a eleição e posse de novo diretor para o referido cargo. (iii) registrar a renúncia dos Membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, indicados pela Cemig GT, nos termos das cartas de renúncia apresentadas, em caráter irrevogável. quais sejam: • Os Srs. Antonio Carlos Velez Braga e Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier membros efetivos e os Srs. Walles de Jesus Lopes Pereira e Rosilene Peixoto Ferreira membros suplentes do Comitê Estratégico; • Os Srs. Walles de Jesus Lopes Pereira e Túlio Randazzo Rabelo, membros efetivos, e os Srs. Wilson Cardoso da Silva e Rosilene Peixoto Ferreira, membros suplentes, do Comitê de Gestão e Desenvolvimento Corporativo; • Os Srs. Frederico Terra Fonseca e Walles de Jesus Lopes Pereira, membros efetivos, e os Srs. Thiago Augusto Ricaldoni Silva e Marcelo Pereira de Carvalho, membros suplentes, do Comitê Financeiro; • Os Srs. Mario Lúcio Braga e Débora Lage Martins, membros efetivos, e os Srs. Ricardo Alexandre Gonçalves Moura e Rosilene Peixoto Ferreira, membros suplentes, do Comitê de Auditoria; • Os Srs. Marcus Vinicius de Castro Lobato e Túlio Randazzo Rabelo, membros efetivos, e os Srs. Irley Aparecido Costa e Walles de Jesus Lopes Pereira, membros suplentes, do Comitê de Comercialização. Os Comitês de Assessoramento permanecerão em funcionamento com os demais membros indicados pela acionista Vale S.A. A Companhia e os membros dos Comitês cujas renúncias foram ora registradas, outorgam reciprocamente a mais ampla, plena, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar, em juízo ou fora dele. **VI. ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada. **VII. ASSINATURAS**: Mesa: Presidente - Matheus Carvalho Silvestre; Secretário - Lourenço Rocha Borba Dias De Castro. Membros do Conselho de Administração - Marco da Camino Ancona Lopez Soligo, Ludmila Lopes Nascimento Brasil, Leonardo George de Magalhães, João Sichieri Moura e Paulo de Tarso de Alexandria Cruz. Belo Horizonte, 13 de agosto de 2024. Assinado Digitalmente - **Mesa**: Matheus Carvalho Silvestre (Presidente); Lourenço Rocha Borba Dias De Castro - (Secretário). **Conselheiros**: Marco da Camino Ancona Lopez Soligo, Ludmila Lopes Nascimento Brasil, Leonardo George de Magalhães, João Sichieri Moura, Paulo de Tarso de Alexandria Cruz. Confere com o original lavrado em livro próprio. Matheus Carvalho Silvestre - Presidente. JUCEMG - Registro nº 11947770 em 02/09/2024 e Protocolo 245118144 em 20/08/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MB LOCACOES E ESTACIONAMENTO LTDA
CNPJ 27.061.127/0001-77 / NIRE 31210797024
EDITAL

A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, atendendo ao disposto no parágrafo 1o do art. 1o do Decreto no 1.102, de 21 de novembro de 1903, torna público a matrícula do administrador, a declaração, o regulamento interno e a tarifa de armazém geral da empresa MB LOCACOES E ESTACIONAMENTO LTDA, NIRE 3121079702-4, CNPJ 27.061.127/0001-77, Unidade(s) Armazenadora(s) situada(s) à VIA MANOEL JACINTO COELHO JUNIOR 1001 BAIRRO FAZENDA DA TAPERA CEP 32150-245 CONTAGEM/MG BRASIL, NIRE 3190298896-0, CNPJ 27.061.127/0003-39, deferidos sob o no 1406 em 27 de Agosto de 2024. Belo Horizonte, 27 de Agosto de 2024. Marinely de Paula - Bomfim - Secretária-Geral.
A sociedade empresária MB LOCACOES E ESTACIONAMENTO LTDA registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE número 31210797024, inscrita no CNPJ sob nº 27.061.127/0001-77, com sede à Rua Peçanha Nº: 467 - SALA 1 - Bairro Carlos Prates, município de Belo Horizonte - MG - CEP 30.710-040, neste ato representada por seus sócios, **ALBERTO PORTUGAL MILWARD DE AZEVEDO**, brasileiro, empresário, casado sob regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 324.980.046-53, portador da carteira de identidade n° M-745.913, expedida pela PC-MG, residente e domiciliado à Alameda Saad Bedran, nº 85, bloco nº 6, apartamento nº 1.000, Bairro Vila da Serra, em Nova Lima – MG, CEP: 34.006-083 e; **TAMIG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.442516/0001-02, com sede à Rua Peçanha, nº 467, sala 02, Bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte – MG, CEP: 30.710-040, representada por **ANTÔNIO MIGUEL GIRUNDI BARTOLOMEU**, brasileiro empresário, casado sob regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 228.226.406-10, portador da carteira de identidade nº M-556.054, expedida pela PC-MG, residente e domiciliado à Alameda Flanboyant, nº 170, apartamento 1702, Bairro Vale do Sereno, em Nova Lima – MG, CEP: 34.006-009, vem respeitosamente através desta apresentar abaixo o **REGULAMENTO INTERNO, TARIFA REMUNERATÓRIA, MEMORIAL DESCRITIVO e LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA** para a sua filial de CNPJ 27.061.127/0003-39 registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE: 31902988960, inscrição estadual 47150130054, com sede à Via Manoel Jacinto Coelho Júnior, nº 1001, Bairro Fazenda da Tapera, em Contagem – MG, CEP: 32.150-245, para instruir o processo de requerimento de matrícula para operar sob o regime de armazéns gerais nos termos do Decreto 1.102 de 21 de novembro de 1.903. REGULAMENTO INTERNO - CAPÍTULO 1 – DO RECEBIMENTO DE MERCADORIAS - Artigo 1º - Serão recebidas em depósito, mercadorias diversas nacionais, que não possuam natureza agropecuária, executando serviços conexos, tais como, paletização e outros similares, praticando quaisquer atos pertinentes a seus fins como armazenadora e conservando as aludidas mercadorias. Parágrafo Único: Serviços acessórios serão executados, desde que possíveis e não contrários às disposições legais. Artigo 2º - A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I) quando não for tolerada pelo regulamento interno, se não houver espaço suficiente para a sua acomodação e/ou se, em virtude das condições em que ela se achar, for inviável sua acomodação; II) se tratar de mercadoria facilmente deteriorável; III) se a mercadoria vier a prejudicar outras mercadorias já armazenadas e/ou instalações; IV) se não vier acompanhada de documentação fiscal exigida pela legislação em vigor. Artigo 3º - A responsabilidade pelas mercadorias depositadas cessará em caso de: I) quebra de peso ou avarias por vícios ainda que ocultos, por alterações de qualidade proveniente da natureza de acondicionamento ou força maior. Artigo 4º- Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, seu procurador ou preposto, dirigida a empresa que emitirá um documento especial denominado (Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. Artigo 5º - As indenizações a quem couber de direito, prescreverão depois de três meses conforme Artigo 11, parágrafo 1° do decreto 1.102/1.903, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ser entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em igual estado no lugar e no dia em que deveriam ser entregues, tomando-se por base as cotações da bolsa de mercadorias de São Paulo ou entidades similares, conforme o tipo da mercadoria. Artigo 6º - O inadimplemento de pagamento da armazenagem acarretará o vencimento do prazo de depósito, com adoção do procedimento previsto no artigo 10º e parágrafos do Decreto nº 1.102 de 21/11/1.903. Condições Gerais - Os seguros, prazos, emissão de warrants, serão exigidos pelas disposições do Decreto Federal nº 1.102 de 21 de novembro de 1.903, o pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns, e também os casos omissos serão observados rigorosamente pela legislação trabalhista e demais disposições legais vigentes e ainda pelos usos, costumes e praxes comerciais, desde que não contrários à legislação vigente. **MEMORIAL DESCRITIVO -** A sociedade empresária MB LOCACOES E ESTACIONAMENTO LTDA registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE número 31210797024, inscrita no CNPJ sob nº 27.061.127/0001-77, com sede à Rua Peçanha Nº: 467 - SALA 1 - Bairro Carlos Prates, município de Belo Horizonte - MG - CEP 30.710-040, cujo capital social é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), vem apresentar memorial descritivo da sua filial de CNPJ 27.061.127/0003-39, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE: 31902988960, inscrição estadual 47150130054, com sede à Via Manoel Jacinto Coelho Júnior, nº 1001, Bairro Fazenda da Tapera, em Contagem – MG, CEP: 32.150-245. **Capacidade:** A área total do imóvel é de 1.000 m² (mil metros quadrados), compreendendo as áreas de acesso às docas, rampa de acesso aos armazéns, áreas administrativas e áreas próprias para armazenagem de mercadorias, o galpão conta com um pé direito útil de 15 metros, totalizando uma capacidade de 150.000 m³ (cento e cinquenta mil metros cúbicos), toda a área é devidamente segregada (cercada), monitorada e preparada para armazenagem, o local também conta com área de estacionamento, acessos para a movimentação de cargas de caminhões, sendo tudo controlado e monitorado através de câmeras estrategicamente posicionadas. **Comodidade:** A Unidade Armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato, oferecendo facilidade de acesso e integridade aos usuários de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes. Sua estrutura é composta por um galpão de construção mista, com pilares pré-moldados e piso de concreto. Sua lateral é fechada com alvenaria e partes metálicas que sustentam a cobertura (telhado) de metal. **Segurança:** A Unidade Armazenadora oferece condições de segurança de acordo com e legislação e as normas técnicas vigentes, tendo em vista a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional engenheiro técnico responsável pelo laudo técnico de vistoria, com entradas independentes para pedestres e veículos, controle de portaria e identificação para permissão de acesso, ventilação e iluminação natural e artificial estruturadas para a capacidade do prédio, instalações prediais em perfeitas condições, sinalização de segurança e indicativa de recintos internos e externos para orientação facilitada dos usuários, equipamentos de combate à incêndios em perfeitas condições de uso, instalações de escritórios adequadas e com infraestrutura de rede elétrica e de telecomunicações. **Natureza e discriminação das mercadorias:** A Unidade Armazenadora se propõe a receber em depósito cargas secas em geral, matéria prima inerte, produtos e insumos de interesse da saúde, tais como: saneantes domissanitários, produtos de higiene e limpeza e insumos, cosméticos, correlatos, embalagens plásticas; máquinas e equipamentos em geral; exceto produtos perigosos e inflamáveis e exceto produtos que necessitem de precauções especiais, tais como câmara climatizada ou frigorificadas, controle de gases, e explosivos, não serão recebidas em depósito mercadorias de origem agropecuária. Propõe-se a realizar a armazenagem, guarda e conservação das mercadorias acima especificadas, conforme Dec.1.102/1.903 e demais legislação vigente (exceto armazém geral agropecuário); recebimento e expedição e serviços conexos. **Equipamentos Operacionais de Movimentação**: Serão utilizados equipamentos para movimentação de cargas em geral, produtos acabados e/ou insumos, embalagens conforme especificadas abaixo: 01 empilhadeira elétrica com capacidade para 2,0 toneladas; 01 carrinho paleteiro com capacidade para 2,5 toneladas; 03 paleteiras manuais, com capacidade para 3,0 toneladas, cada; Equipamentos de informática e softwares de controle operacional e administrativo em rede do tipo WMS, administrativo e comercial, com sistema atendendo às legislações da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – **JUCEMG** e demais órgãos, principalmente na questão dos livros fiscais de entrada e saída de mercadorias, balancetes trimestrais e demais obrigações. A MB LOCACOES E ESTACIONAMENTO LTDA, propõe-se a prestar os serviços de armazéns gerais previstos em seu regulamento interno, operações de armazenagem de mercadorias a granel ou em contêineres ou qualquer tipo de embalagem, guarda e conservação, embalagem, etiquetagem, pesagem, identificação de produtos, controle de estoques, aplicação de filme plástico e demais serviços conexos, com base na atividade regida pelo Decreto 1.102 de 21 de novembro de 1.903. TARIFA REMUNERATÓRIA.

1) DA ARMAZENAGEM:

Período: Quinzenal	
Unidade de Medida:	Valor Unitário em R$
M²	12,00
M³	12,00

2) DA MOVIMENTAÇÃO:

Período: Quinzenal	
Unidade de Medida:	Valor unitário em R$
M²	18,00
M³	18.00

3) DA EMISSÃO DE TÍTULOS:

Emissão de warrants/recibo de depósito	R$ 9,00 por título

4) AD-VALOREM:

Período: quinzenal	0,15% sobre o valor das mercadorias em depósito.

5) DEMAIS TAXAS E SERVIÇOS:

Pesagem de veículo: (por tonelada)	R$ 25,00
Mão-de-obra para carga e descarga (por homem/hora)	R$ 50,00
Mão-de-obra para etiquetagem de caixa (homem/hora)	R$ 50,00

6) CONDIÇÕES GERAIS: De acordo com o regulamento interno e legislação vigente aplicável.
Contagem, 11 de julho de 2024.
JUCEMG - Certifico o registro sob o nº 1406 em 27/08/2024 da Empresa MB LOCACOES E ESTACIONAMENTO LTDA, Nire 31210797024 e protocolo 244593761 - 26/07/2024. Efeitos do registro: 11/07/2024. Autenticação: 3E2A3A279C48BC4DDDBE41D63C5BAB1C9E4EAB2B. Marinely de Paula - Bomfim - Secretária-Geral.

SANDRA TURISMO HOTÉIS S/A
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ 16.934.580/0001-24 - NIRE 313.000.435-68
CARTA DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da SANDRA TURISMO HOTEIS S/A, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os senhores acionistas dessa Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 21 de outubro de 2024, às 16:00 h, na sede social, na Av. Salmeron, 03, Centro, Pirapora-MG, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
Em Assembleia Ordinária:
a) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023;
b) Deliberar sobre a destinação dos resultados apurados em 2023;
AVISO AOS ACIONISTAS: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social, nos documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404, de 15/12/1976.
Pirapora-MG, 30 de agosto de 2024.
Marcelo Ribeiro Felisberto - Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 193 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.3891.0049481/2024-05
Objeto: Prestação de serviço de monitoramento eletrônico, com inclusão de fornecimento de equipamentos, e dos serviços de instalação, de desinstalação/reinstalação, de manutenção (com troca e reposição total de peças) e de monitoramento de todos os dispositivos de segurança eletrônica que compõem o sistema.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 19/09/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 19/09/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 03 de setembro de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Diretora de Gestão de Compras e Licitações

GULOZITOS ALIMENTOS LTDA.
CNPJ 22.245.245/0001-11 / NIRE 4481710
Edital de Convocação para Reunião de Sócios da Sociedade – José Fernandes da Costa, portador do CPF nº *.593.036 - **, sócio administrador da Sociedade Empresária Limitada Gulozitos Alimentos Ltda., no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 1.072, do Código Civil de 2002, Lei nº 10.406 de 10.01.2002, convoca a sócia Giane Prata da Costa, portadora do CPF nº *.492.926 - **, para a Reunião de Sócios, a ser realizada no dia **13 de setembro de 2024**, na sede da empresa Gulozitos Alimentos Ltda., na Rua Augusto Sathler, nº 600, Bairro Lajinha, CEP 36.906-186, em Manhuaçu/MG, em primeira chamada às 09 horas, necessitando da presença dos titulares de 3/4 do capital social, e em segunda chamada às 09h30min, com qualquer número, para deliberação sobre a Ordem do Dia: 1) Aumento do capital social; 2) Abertura de filial no condomínio Parque Jabaeté, Rua José Acácio Ferreira nº 250 - Bairro Parque Industrial, no município de Viana, Estado do Espírito Santo, CEP 29.136-510. Manhuaçu/MG, 02 de setembro de 2024. José Fernandes da Costa – Sócio Administrador.

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA — MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº: 90036/GAPLS/2024

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (padaria).
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 04 de setembro de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16 de setembro de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9383.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

POLÍTICA

Relator do Orçamento pretende discutir corte de despesas

CONTAS PÚBLICAS **Senador Angelo Coronel (PSD-BA) afirmou que não concorda com aumento nos tributos para alcançar a meta de déficit zero**

Brasília - O relator do Orçamento de 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), disse que ainda vai analisar a proposta enviada pelo governo (PLN 26/24), mas afirmou que não concorda com aumentos de tributos para que seja alcançada a meta de déficit zero. Ele disse que vai verificar a possibilidade de corte de despesas.

"A meta é possível, o déficit zero. Agora, não dá para fazer isso sacrificando quem gera emprego, que são os empresários, quem gera o imposto. Então, se o governo quer atingir o déficit zero, tem que cortar a despesa e não aumentar a carga tributária".

O governo previu alguns aumentos de impostos na proposta com o objetivo de compensar as perdas com a desoneração da folha de salários de alguns setores econômicos. Os técnicos da equipe econômica avaliam que as perdas podem chegar a R$ 35 bilhões no ano.

Para o deputado Merlong Solano (PT-PI), o Orçamento de 2025 lida com problemas herdados do governo anterior como a suspensão do pagamento de precatórios e as reduções de ICMS que impactaram as finanças estaduais.

"Já está acontecendo um ajuste de grande magnitude. E o governo quer ir além, propondo esse déficit zero. Mas, obviamente, houve por parte do novo marco fiscal a sapiência, a inteligência de estabelecer as bandas. Pode ser um déficit de cerca de R$ 30 bilhões ou um superávit de até R$ 30 bilhões".

Merlong, que é membro da Comissão Mista de Orçamento, acredita que o governo está no caminho certo ao coibir a sonegação de impostos e ao cobrar do Congresso medidas que compensem as desonerações tributárias.

"Aqueles parlamentares que fazem diariamente o discurso do equilíbrio fiscal e que acusam o governo de ser um governo gastador, contraditoriamente votam a favor dessas medidas que implicam em renúncia fiscal, de um lado; e, às vezes, em aumento da despesa, sem a devida identificação da fonte de receita".



Na avaliação do senador Angelo Coronel, não é possível alcançar a meta de déficit zero do governo federal sacrificando o setor produtivo FOTO: BRUNO SPADA / AGÊNCIA CÂMARA

O deputado disse ainda que o espaço para investimentos no Orçamento é muito pequeno e o Congresso vai precisar rever as emendas de comissões permanentes para que elas ocupem este espaço em obras estruturantes. Merlong Solano concedeu entrevista ao programa Painel Eletrônico da Rádio Câmara.

Novidade - Uma novidade trazida pelo Ploa de 2025 é a previsão de todas as despesas para 2026. Com base nisso, os técnicos já estimam um crescimento das despesas primárias de R$ 185,2 bilhões em 2026, sendo R$ 66,6 bilhões em benefícios previdenciários.

Esse planejamento de médio prazo vai passar a integrar todos os orçamentos. O objetivo, segundo o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, é trazer as programações para o ano seguinte e as projeções para os três anos depois deste. "A ideia é explicitar os efeitos futuros de decisões que forem tomadas no presente", explicou.

Para 2026, estão previstos R$ 3,11 trilhões em despesas contra R$ 2,93 bilhões de 2025, um aumento de 6,14%. As despesas discricionárias, ou não obrigatórias, sobem menos: 3,26%, chegando a R$ 237,4 bilhões.

Receitas - O projeto detalha as despesas, mas não as receitas. A mensagem que acompanha a proposta de 2025 afirma, porém, que a programação pressupõe a suficiência de receitas primárias para alcançar a meta de resultado primário de 2026, que é um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). **(Agência Câmara)**

> **"Aqueles parlamentares que fazem diariamente o discurso do equilíbrio fiscal e que acusam o governo de ser um governo gastador, contraditoriamente votam a favor dessas medidas que implicam em renúncia fiscal, de um lado; e, às vezes, em aumento da despesa"**
> Merlong Solano

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Escalada autoritária na Venezuela preocupa o governo

Brasília - O assessor internacional da Presidência, embaixador Celso Amorim, disse à Reuters que o governo brasileiro considera muito preocupante o pedido de prisão do candidato presidencial de oposição na Venezuela, Edmundo González, e vê uma escalada autoritária no país vizinho.

"É algo muito preocupante", disse Amorim. "É uma coisa errada ao nosso ver. O Brasil tomou parte do acordo de Barbados, fizemos parte do processo de negociação, nos sentimos autorizados a criticar."

O acordo de Barbados, entre a oposição e o governo venezuelano, negociado por Brasil, EUA, Noruega e Barbados, visava garantir que a eleição presidencial fosse justa e transparente.

"Não há como se negar que há uma escalada autoritária na Venezuela. Não sentimos abertura para o diálogo, há uma reação muito forte a qualquer comentário, temos notícias de várias prisões -- o próprio governo anunciou mais de 2 mil prisões, não sei se para intimidar. Não há dúvida que há um autoritarismo".

Amorim acrescentou que uma prisão de González poderia ser classificada como uma prisão política, já que ele é candidato presidencial em uma eleição que ainda não se resolveu.

"A situação da eleição na Venezuela não está resolvida, nós não vemos a vitória de um lado ou de outro. Seria uma prisão política, e não aceitamos presos políticos."


Justiça venezuelana decretou a prisão do cadidato presidencial de oposição, Edmundo González FOTO: LEONARDO FERNÁNDEZ VILORIA / REUTERS

O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, reagiu mal por diversas vezes a críticas feitas pelo Brasil e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a sua postura nas eleições no país, o que terminou provocando um distanciamento entre os dois mandatários.

Logo depois das eleições, Maduro chegou a pedir um telefonema a Lula, que até hoje não aconteceu e continua sem previsão. Fontes disseram à Reuters que o presidente brasileiro só pretende falar com o venezuelano quando Maduro der sinais de estar disposto ao diálogo.

O governo brasileiro ainda pretende divulgar uma nota sobre a prisão de González.

De acordo com Amorim, o governo brasileiro ainda tenta manter uma abertura para buscar uma solução pacífica para a crise venezuelana.

"Alguns dizem que pode ser ingenuidade, talvez até seja mesmo, mas temos ainda esperança de uma solução negociada para a Venezuela", disse, acrescentando: "Nós não queremos salvar o Maduro, queremos salvar a Venezuela. A Venezuela pegar fogo não é bom para ninguém."

O governo brasileiro também mantém ainda uma coordenação com a Colômbia para tentar avançar em uma solução para a crise, mas diplomatas brasileiros admitem que a situação está cada vez mais difícil.

Um tribunal venezuelano emitiu na segunda-feira um mandado de prisão contra González, alegando que o candidato oposicionista foi chamado diversas vezes para depor e não compareceu. O candidato é acusado sem provas pelo governo de incitamento a violência e conspiração.

Desde pouco depois das eleições, González está em local incerto, protegido por oposicionistas, por temor de prisão.

Vários países da região condenaram a ordem de prisão contra González. Na Venezuela, é esperada uma declaração do candidato em algum momento no dia. **(Reuters)**

AGRONEGÓCIO

Nelore Pelagens terá 1ª exposição ranqueada em Uberlândia

RAÇA BOVINA Evento acontece durante a Exposição Agropecuária de Uberlândia (Camaru); criação da variedade teve retomada forte nos últimos anos no País e beleza é destaque, além da robustez tradicional

MICHELLE VALVERDE

Pela primeira vez, Uberlândia, no Triângulo Mineiro, é palco da Exposição Ranqueada do Nelore Pelagens. O evento, que acontece durante a Exposição Agropecuária de Uberlândia (Camaru), vai reunir cerca de 100 animais da raça de hoje (4) até o dia 6 de setembro. A exposição de Uberlândia, que começou no dia 26 de agosto, é importante para a divulgação da variedade Nelore Pelagens, que atrai cada vez mais criadores e também por ser uma vitrine dos melhores exemplares.

A Exposição Ranqueada do Nelore Pelagens de Uberlândia - 2024 integra o Circuito de Exposições do Ranking Nacional Nelore 2023/2024, promovido pela Associação Mineira dias Criadores de Nelore (AMCN), pela Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB) e pela Inovart Agro Eventos. Os julgamentos começam hoje, quarta-feira (4 de setembro).

Conforme o gestor executivo da Associação Mineira dos Criadores de Nelore, Loy Rocha, a criação do Nelore Pelagens já acontece há bastante tempo, mas, nos últimos anos, houve uma retomada mais forte. Os animais se caracterizam pela pelagem com manchas brancas e pretas ou brancas e vermelhas, diferenciando visualmente dos nelores tradicionais.

"Diferente do Nelore padrão, que é todo branco, o Nelore Pelagens possui a pelagem branca com manchas pretas ou vermelhas. É um animal de beleza racial muito grande e, então, ele se destaca. A criação já existe há muito tempo, mas, houve uma retomada significativa nos últimos 10 anos", acrescentou ele.

Conforme Rocha, com a criação em expansão, os eventos da raça são importantes para a divulgação e também classificação dos animais com melhor padrão. "Os criadores estão muito interessados e investindo na criação do Nelore Pelagens. Com o mercado indo bem, estão surgindo exposições. Já tivemos eventos da raça em Patos de Minas e, agora, esse durante a Camaru".

Na Camaru, a Exposição Nelore Pelagens reunirá cerca de 100 animais, sendo a maioria de criadores de Minas Gerais e São Paulo.

Robustez - Além da pelagem diferenciada, os animais da raça, assim como o Nelore padrão, são robustos, possuem adaptabilidade e resistência ao clima brasileiro e grande aptidão para a pecuária de corte.

A realização da exposição durante a Camaru é oportuna para aquecer ainda mais o mercado da variedade. "Certamente, a exposição na Camaru vai ampliar o mercado. A criação do Nelore Pelagens é crescente, há investimentos de novos criadores e eles querem demonstrar a criação. A pista é um local de avaliação de desempenho por excelência. Vamos conhecer os melhores da raça".

Conforme os dados da Camaru, estudos preliminares realizados pela Embrapa Pantanal, em 2009, apontam que a variedade pode apresentar qualidades valiosas em relação à tradicional, como rusticidade, precocidade e qualidade da carne. No entanto, dados precisos ainda não foram confirmados, uma vez que o plantel ainda é muito pequeno para conclusões definitivas.

> **"Os criadores estão muito interessados e investindo na criação de Nelore Pelagens. Com o mercado indo bem, estão surgindo exposições"**



Nelore Pelagens tem pelagem branca com manchas pretas ou vermelhas, diferente do Nelore padrão, que é todo branco FOTO: DIVULGAÇÃO / AMCN

Camaru deve movimentar mais de R$ 60 milhões

Realizada pelo Sindicato Rural de Uberlândia, a Camaru completa 60 anos em 2024. O evento, que vai até este domingo (8 de setembro), acontece no Parque de Exposições Camaru. A expectativa desta edição é receber cerca de 200 mil visitantes nos 10 dias de evento. A exposição deve gerar cerca de 2 mil empregos diretos e movimentar mais de R$ 60 milhões em negócios.

Além de trazer uma proposta renovada para a área de shows, a feira terá ainda parque de diversões, exposição de bovinos Girolando e Nelore Pelagens, leilões, além de diferentes opções de gastronomia e a tradicional Fazendinha Camaru. A fazendinha é uma estrutura aberta aos visitantes com mini animais, horta em mandala, diversas culturas agrícolas, aquaponia, agrofloresta, dentre outras atrações. O espaço contempla ainda o AgroLab, ambiente lúdico e prático, que expõe maquetes das cadeias produtivas e tecnológicas do campo, além de atividades recreativas com canetas 3D. **(MV)**

EMBRAPA

Plataforma sobre trigo integrará dados

Única *commodity* agrícola importada pelo Brasil, o trigo deve contar com uma plataforma de dados com informações estratégicas para orientar políticas de incentivo e investimento no crescimento da produção, em desenvolvimento na Embrapa. A construção da ferramenta está inserida em um amplo projeto de pesquisa para o crescimento da triticultura no Cerrado, especialmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, além do Distrito Federal.

No entanto, haverá dados de todo o País, tendo em vista que uma tomada de decisão sobre investimentos em planejamento nessa área envolve fatores de outras regiões, como a presença de unidades de processamento e o próprio consumo em outros Estados. A previsão é que a solução tecnológica seja entregue até o final de 2025 à sociedade e ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que exigiu o trabalho.

À frente da iniciativa, o analista Álvaro Dossa, da Embrapa Trigo (RS), reforça que a expansão da triticultura no Cerrado é peça-chave para o Brasil conquistar a autossuficiência no cereal. Mas a conexão dos dados sobre essa área com o restante do País é necessária quando se pensa na cadeia produtiva e não fornecida de matéria-prima para a indústria. "Não podemos apenas isolar o Cerrado porque as decisões não são isoladas. Por exemplo, tem muito consumo no Nordeste do Brasil, uma população grande", avalia.

"É uma questão nacional, não dá para entender analisando apenas a realidade da região de expansão. Olhar apenas a intensidade de moagem que existe na região não é suficiente para dimensionar a demanda. Muitas vezes, os moinhos podem estar fora dessa região e exercer uma capacidade de influência. Um moinho localizado no norte do Paraná pode buscar trigo em Minas Gerais ou no Mato Grosso do Sul", complementa o analista André Farias, da Embrapa Territorial (SP).

A plataforma deve apresentar dados sobre a produção (sementes, insumos, evolução histórica) e processamento (capacidade instalada, estocagem), além do consumo interno e da exportação. Também vai agregar trabalhos que vêm sendo realizados em uma parceria entre Embrapa Trigo, Embrapa Territorial e pesquisadores da sede da empresa, há 10 anos.

Em 2015, um estudo projetou planos de crescimento das plantações nas quatro regiões da cultura, analisando principalmente a participação do trigo em relação à área de soja e milho da safra de verão e a otimização de locais que historicamente tinham sido ocupados pela triticultura. Um segundo trabalho, dois anos depois, avaliou como o plantio de cereais se expandiu, ou se retraiu, nas diferentes áreas do território nacional, ao longo de 25 anos. A estimativa das lacunas de produtividade foi um terceiro esforço para compreender as diferenças que existem na produção do trigo conforme a localidade, mesmo em regiões com produção consolidada e condições ambientais semelhantes. **(Embrapa)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

LOCALIZA FLEET S.A.
CNPJ Nº 02.286.479/0001-08 - NIRE Nº 31300013014 - COMPANHIA ABERTA
Localiza Gestão de Frotas

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024

Data, Horário e Local: Realizada em 30 de agosto de 2024, às 17h00, virtualmente e na sede social da Localiza Fleet S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, Bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração. **Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, a saber: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho. **Mesa:** Eugênio Pacelli Mattar, Presidente, e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. **Ordem do Dia: (1)** Discutir e deliberar sobre a outorga de financiamento bancário de curto prazo na modalidade conta garantida ("Financiamento Bancário") emitida pelo **BANCO ITAÚ S/A,** com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500,Itaim Bibi, CEP: 4538132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo em favor da subsidiária indireta da Companhia, a **VOLL S/A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob nº 09.306.896/0001-06 ("Favorecida"), tendo como a Companhia, na qualidade de devedora solidária ("Fiadora"), para contrair um financiamento de até **R$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais), com previsão de quitação até 20/09/2024; e **(2)** Autorizar, desde já, os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à realização da outorga do referido Financiamento Bancário. **Deliberações tomadas por unanimidade: (1)** Nos termos do artigo 11, alínea "q" do Estatuto Social da Companhia, autorizada a outorga de Financiamento Bancário de curto prazo na modalidade conta garantida a ser celebrada entre a subsidiária indireta da Companhia, a **VOLL S/A**, na qualidade de Favorecida; o **BANCO ITAÚ S/A,** com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, Itaim Bibi, CEP: 4538132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Credor; e a Companhia na qualidade de Fiadora. Os termos e garantias estarão expressos no referido instrumento de Financiamento Bancário, sendo que o valor da transação e garantia se limita ao valor de até **R$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais), com previsão de quitação até 20/09/2024, com prazo de vigência de 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão do Financiamento Bancário, vigorando até o dia 20.09.2024. **(2)** Ficam autorizados, desde já, os Diretores da VOLL S/A a praticarem todos os atos necessários à realização da outorga do Financiamento Bancário, incluindo, mas não se limitando, a formalização do referido documento. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em meio magnético, para posterior aprovação pelos participantes. Para fins de certificação digital, a assinatura da documentação será realizada isoladamente pela Sra. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração de 02 de setembro de 2024, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes. **Assinaturas:** Mesa: Eugênio Pacelli Mattar, Presidente; e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. Membros do Conselho de Administração: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2024.
Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino
Secretária



San Diego Hotéis lança unidade fora de Minas

ENTREVISTA - RUY ARAÚJO

DANIELA MACIEL

Fundada em Belo Horizonte em 1998, a rede San Diego Hotéis chega aos 25 anos com atuação em seis cidades mineiras: Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Ipatinga (Vale do Aço), Teófilo Otoni (Vale do Mucuri), São Gotardo (Alto Paranaíba) e Sete Lagoas (região Central), além de três empreendimentos em Belo Horizonte

Nos oito hotéis atualmente em operação, dos segmentos econômico, midscale e luxo, a rede soma 968 apartamentos, empregando aproximadamente 700 pessoas. A San Diego aposta no binômio inovação e atualização para continuar crescendo. Em todos os hotéis da rede as renovações e retrofits em apartamentos e áreas comuns seguem em andamento, novas ferramentas e tecnologias são abarcadas em ritmo acelerado apostando constantemente no que há de mais moderno em digitalização de processos e modelos de gestão.

No leque de serviços ofertados pela rede hoteleira está não somente a opção por contratos de administração, mas também os de cessão de uso de marca, assessoria comercial, consultoria, estudos de viabilidade e implantação hoteleira.

Para contar um pouco da história da rede San Diego e projetar os próximos 25 anos, o Diário do Comércio ouviu, com exclusividade, o diretor da San Diego Hotéis, Ruy Araújo.



FOTO: DIVULGAÇÃO / SAN DIEGO HOTÉIS

Com 25 anos, a rede San Diego está em plena expansão. Além das duas aberturas já anunciadas, previstas para os próximos meses, nas cidades de Manhuaçu, na Zona da Mata mineira, e em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, existe uma unidade sendo construída em Extrema, no Sul de Minas. Quais outros planos podemos antecipar?

Além desses três hotéis, até o meio do próximo ano estamos desenvolvendo uma filial em Santa Catarina, com um contrato assinado para um hotel na cidade de Penha, no litoral, perto do Beto Carrero e a cinco minutos da praia. Santa Catarina é o estado mais promissor do País, com bom nível de desenvolvimento social, um parque industrial muito importante e o maior porto do Sul do Brasil.

Sempre mantemos o nosso radar voltado para Minas. Juiz de Fora (Zona da Mata), Montes Claros (Norte de Minas), Uberlândia (Triângulo Mineiro) e Araxá (Alto Paranaíba) são algumas delas. Percebemos um potencial muito grande no Sul do Estado. Recentemente, visitamos Santa Rita do Sapucaí - uma cidade com um grande parque de empresas de tecnologia - e temos interesse, também, em Jacutinga, onde várias vinícolas estão se estabelecendo. Além delas, fazem parte de uma lista futura outras cidades do Sul de Minas como: Passos, Poços de Caldas, Andradas, Varginha e Lavras.

A hotelaria é um setor que costuma gerar muitos postos de trabalho, inclusive o chamado "primeiro emprego". Qual a média de empregos gerados por esses investimentos?

Em Manhuaçu investimos R$ 25 milhões e serão gerados 30 empregos diretos. Em Extrema, R$ 30 milhões e 50 empregos diretos. Em Governador Valadares é um *retrofit* para ser entregue em 2025 e devemos investir entre R$ 12 milhões e R$ 15 milhões.

Vocês gostam de dizer que tem o "DNA da hospitalidade mineira". Como isso se traduz no dia a dia das operações?

A hospitalidade mineira é reconhecida por todo o Brasil e sei que vamos conseguir levar essa marca para Santa Catarina levando pessoas daqui para dar treinamento. Mas o que explica a gente conseguir manter o padrão de atendimento nas diferentes unidades é o esforço para manter o entrosamento. Faço questão de manter o meu contato com os funcionários, participar do dia a dia das operações e isso ajuda a criar um sentimento de pertencimento.

A pandemia atingiu o turismo no mundo todo e tornou tudo mais caro. Quais os aprendizados desse tempo e já foi possível retornar aos patamares de 2019?

Em Belo Horizonte, depois da pandemia, no segundo semestre de 2022, começamos a ver um crescimento muito grande na ocupação dos fins de semana. Havia uma demanda represada, um desejo de voltar a se reunir, de viajar em família e entre amigos. Hoje os *shows* estão lotados, o pessoal do interior tem vindo para a Capital. O futebol também atrai muita gente para a cidade. Houve uma modificação no perfil de visitante de Belo Horizonte e os fins de semana já ficam mais cheios que os dias úteis. 2023 foi um ano excepcional e este ano caminha no mesmo sentido. Em julho batemos o recorde de faturamento no hotel do Barro Preto, e o de Lourdes registrou o melhor julho da história. Com relação a 2022, houve um crescimento de 39% em Lourdes e 38% no Barro Preto.

A pandemia trouxe muitos aprendizados. Muito se falava que o corporativo não iria voltar e, com isso, muitos hotéis fecharam. Quem pôde esperar, a partir do segundo semestre de 2022 voltou. Aprendemos a fazer mais com menos usando ferramentas digitais: *chek-in*, gerenciamento de tarifas, uso da inteligência artificial em diferentes atividades. Essa evolução aconteceu de forma concentrada e repentina na pandemia. Os funcionários estão mais ágeis e eficientes.

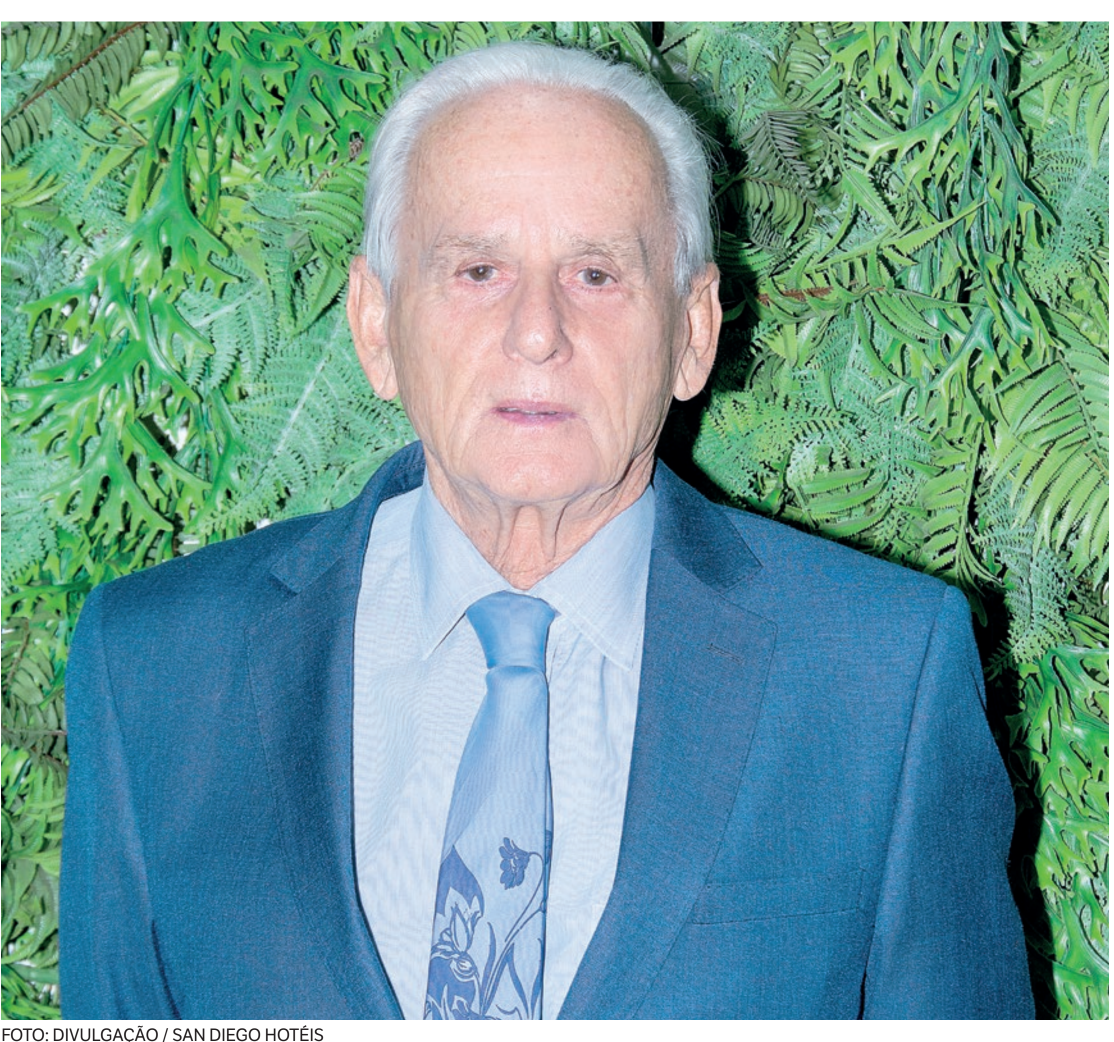
São 26 anos da empresa e 25 anos de San Diego Lourdes. Qual a importância desse hotel e ele agora está passando por uma grande reformulação, certo?

O San Diego Lourdes foi um marco para a cidade, com novos padrões construtivos e projeto de Gustavo Penna. O Restaurante Sartori, um dos primeiros a receber o público externo, também marcou época. Sempre mantivemos o hotel atualizado e, agora, para comemorar essa marca, ele está passando por um momento especial. A parte comum foi toda modernizada e estamos remodelando todos os apartamentos. São 115 apartamentos e 25 residentes atualmente. Também abrimos uma *pâtisserie* no *lobby* e reformamos a área de lazer.

A pandemia, as novas tecnologias, os influenciadores, entre outros aspectos, mudaram o turismo e a hotelaria no mundo. Como o senhor enxerga a hotelaria no futuro?

É impressionante como a tecnologia chega rápido. Temos que estar atentos para não perder o bonde. Convenções como a que realizamos em agosto nos oferecem a troca da experiência e fortalecem o vínculo entre a empresa e seus colaboradores. Esses eventos tornam os colaboradores mais fiéis às suas atividades. Isso é essencial porque são eles que lidam diretamente com o cliente. O que faz diferença, mesmo, são as pessoas. E temos conseguido motivar e manter as pessoas. E é isso que vai nos levar ao futuro.

> "Em Belo Horizonte, depois da pandemia, no segundo semestre de 2022, começamos a ver um crescimento muito grande na ocupação dos fins de semana. Havia uma demanda represada, um desejo de voltar a se reunir, de viajar em família e entre amigos"
> Ruy Araújo


FOTO: DIVULGAÇÃO / SAN DIEGO HOTÉIS

Catharina Mall será construído pela GSA

CENTRO COMERCIAL Empreendimento, que abrigará nova sede do Buffet Catharina, contará com estrutura de 5 pavimentos e área total de 4 mil m² no bairro Buritis

A mineira GSA Ativos, empresa com atuação no desenvolvimento de empreendimentos comerciais, locação, gestão de contratos de locação, administração de *shoppings* e centros comerciais, está ampliando seu portfólio com um novo e promissor empreendimento: a construção do Catharina Mall, nova sede do Buffet Catharina. Este movimento marca mais um passo na fase de expansão da empresa, que continua a diversificar suas operações no setor de novos negócios.

O Buffet Catharina, após mais de 30 anos sendo um ícone de eventos e festas em Belo Horizonte, em sua tradicional localização na Raja Gabaglia, está se preparando para uma grande mudança. Com o objetivo de atender melhor às novas demandas do mercado de festas e oferecer um ambiente mais moderno e inovador, os proprietários do *buffet* decidiram transferir a operação para um novo endereço. A nova sede será localizada no Catharina Mall, um projeto arquitetônico assinado pelo renomado arquiteto Sérgio Viana.

O Catharina Mall, no qual a gestão de todo o empreendimento está sendo feito pela GSA Ativos, contará com uma estrutura de 5 pavimentos e uma área total de 4 mil m², no bairro Buritis. A nova sede do Buffet Catharina ocupará o primeiro pavimento do edifício, com entrada pela avenida Mário Werneck, número 360, oferecendo uma experiência mais moderna, tecnológica e sofisticada. Com salão de festas de 900 m², será equipado com o que há de mais moderno em matéria de festas e eventos, incluindo um sistema de som e iluminação inovadores, que irá permitir praticamente qualquer cenário em matéria de decoração e produção de eventos.

O novo espaço do *buffet* manterá a essência dos serviços oferecidos na antiga sede, com um restaurante ativo durante o horário do almoço e um espaço multifuncional para eventos à noite. O nível inferior do Catharina Mall abrigará uma loja de aproximadamente 800 m², com entrada independente pela avenida Mário Werneck, com vocação para receber operações comerciais de diversos perfis.

Os andares inferiores do prédio serão dedicados a estacionamentos e serviços para as duas operações. "Fizemos um estudo detalhado para garantir que o Catharina Mall incorpore as mais recentes inovações em termos de construção, arquitetura e infraestrutura, assegurando que todas as operações sejam acomodadas de maneira eficiente. A previsão é de que as obras sejam iniciadas no início de 2025, com inauguração prevista para meados de 2027", destaca o gerente de novos negócios da GSA Ativos, Rodrigo Albuquerque.



O nível inferior do Catharina Mall abrigará uma loja de aproximadamente 800 m², com vocação para receber operações comerciais de diversos perfis FOTO: DIVULGAÇÃO / GSA ATIVOS

Este projeto representa mais um passo significativo para a GSA Ativos na sua trajetória de crescimento no setor de novos negócios. O primeiro empreendimento da empresa nesta área foi o Curvello Mall, construído em parceria com a MyMall na cidade de Curvelo, cuja inauguração de novas lojas está prevista para setembro.

"Com este novo projeto reforçamos o nosso compromisso com a inovação e a excelência em gestão, projeção e prospecção de novos projetos e parceiros, solidificando nossa atuação no mercado de construção, desenvolvimento e administração de ativos", ressalta.

EMPREENDEDORISMO

Marca mineira inaugura nanotorrefação de cafés

Se tem uma coisa que é quase unanimidade é a paixão do mineiro por café e Belo Horizonte ganhou um espaço para apaixonados por café chamarem de segunda casa. A marca mineira Coffee ++, especialista em cafés especiais, abriu, em parceria com o Grupo Supernosso, uma microtorrefação de cafés especiais na loja do Supernosso na rua Gonçalves Dias, em Lourdes, região Centro-Sul da Capital.

Fundada em 2019, pelo empresário Leo Montesanto, a Coffee ++ é especialista em café Arábica com pontuação acima de 84 pontos, baseada nas regras da Specialty Coffee Association. "Nosso foco é deixar no Brasil o melhor do café produzido aqui. Criamos um sistema de compra de cafés premiados para beneficiar o paladar do consumidor brasileiro. Assim, estamos democratizando, no País, o consumo de cafés especiais", explica Leo Montesanto.

E é justamente a proposta de apreciação que o espaço da Coffee ++, em parceria com o Supernosso, quer trazer para Belo Horizonte. No local, os consumidores vão acompanhar a torra e a moagem dos grãos e levar para casa o café pronto para consumo. "Essa parceria é uma forma de unir duas grandes marcas mineiras para oferecer algo inédito e de qualidade para o consumidor mineiro. Nossa expectativa é alta para que a população receba bem a proposta e passe a consumir cada vez mais o café especial", explica o vice-presidente do Grupo Supernosso, Rodolfo Nejm.

Os cafés vendidos são de produtores nacionais campeões de concurso de qualidade. Por se tratarem de nanolotes teremos todos os meses novidades. Serão várias regiões brasileiras aqui representadas e muita história para contar. Além de comprar para levar, os apaixonados vão poder tomar aquele cafezinho para alegrar o dia feito diariamente por uma de nossas #cafequizadoras que estará disponível para não somente servir e torrar os cafés na hora como também apresentar os cafés e a história dos produtores.

Além da máquina para torrar e moer, o local foi todo decorado para lembrar o ambiente rural com sofisticação. Um dos móveis especiais foi feito com Mogno Africano de reflorestamento para comercialização, retirado da fazenda da família Montesanto. "Pensamos em tudo para que os clientes do Supernosso encontrem qualidade e conforto ao consumir o café. Queremos que as pessoas se sintam em casa e vivam uma experiência além do sabor", diz Rodolfo Nejm.

REDE DE ÓTICAS

Centro Visão já soma 42 lojas no Estado

Neste mês de setembro, a rede de óticas Centro Visão completa 42 lojas, com 37 anos de mercado. A empresa familiar mineira ampliou seu modelo de negócios para o formato de franquias após a pandemia, o que impulsionou seu crescimento. Sob a missão de "fazer a diferença na vida dos mineiros", a rede de óticas oferece ampla variedade de marcas de lentes oftalmológicas, armações e óculos solares, sendo também detentora de linha própria de produtos, a Brands of Company. A rede emprega quase 200 funcionários, mantendo ainda parceria com diversos terceirizados e fornecedores, dessa forma, contribuindo fortemente para a movimentação da economia em Minas Gerais.

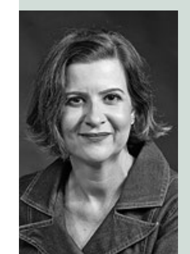
Além da marca expressiva no crescimento de pontos de venda, a Centro Visão prevê o lançamento de duas novas coleções de óculos exclusivos em parceria com marcantes personalidades de Minas Gerais para o mês de outubro.

Atuação social - Com sólida atuação no mercado, participa ativamente de projetos sociais de fomento à saúde ocular, assim como outros para melhoria da sociedade de forma geral. Entre as iniciativas, destaca-se o "Ver é Bom demais", projeto social da CDL-BH que, em parceria com a Centro Visão, facilita o acesso à assistência oftalmológica para conhecer e dimensionar o problema da perda da capacidade visual de crianças e adolescentes, priorizando aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social.

Outro projeto de fomento à saúde ocular entre crianças, o "Centro Visão nas escolas", desenvolve ações educativas para pais e alunos, com atividades lúdicas ligadas à saúde visual, teste de acuidade visual entre outras iniciativas. "É comum mau desempenho escolar por falta de diagnóstico de miopia e outros erros refrativos, fizemos parceria com escolas em que podemos contribuir com essa conscientização, que tem ocorrido de forma mais expressiva nos últimos anos. Foi uma maneira de fazer a diferença no dia a dia dos mineiros, de forma alinhada a nossa estratégia de atuação no mercado", comenta o Diretor Comercial e Marketing, Fernando Cardoso.

Em paralelo, a rede é ainda alinhada a alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) estabelecidos pela ONU, incorporando valores e práticas para a equidade em diversas esferas da empresa, com liderança corporativa sensível à igualdade no mais alto nível, prezando e estimulando o tratamento de todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho. "Quase 70% do quadro de funcionários é composto por mulheres, além da maioria dos cargos de liderança, entre gerentes das lojas e líderes de outros setores", revela Fernando Cardoso. A rede de óticas realiza também programas de estímulo à saúde dentro dos próprios escritórios, ampliando seu posicionamento em favor da saúde ocular e fomentando uma vida saudável de forma geral.

CAPITALISMO CONSCIENTE



FRANCINE PÓVOA

Conselheira da Filial Regional do Capitalismo Consciente em Belo Horizonte, Diretora da Legacy4Business, Vice-coordenadora do Capítulo Minas Gerais do IBGC. Coordenadora da Rede de Mulheres Líderes na Governança Corporativa e Professora convidada da Fundação Dom Cabral.

Direitos humanos e Capitalismo Consciente

As empresas lidam com os direitos humanos todos os dias em suas interações com funcionários, fornecedores, consumidores, parceiros e comunidades e o respeito a estes direitos deve permear todas as atividades empresariais. A conduta empresarial responsável relaciona-se com a abordagem do Capitalismo Consciente e seus quatro pilares: liderança consciente, propósito maior nos negócios, orientação para stakeholders e cultura organizacional consciente.

Mas na prática, como as empresas e suas lideranças podem se certificar de que estão respeitando os direitos humanos?

Em 2011, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, ou UNGPs na sigla em inglês. Estes princípios são um conjunto de diretrizes globais que buscam orientar governos e empresas na prevenção e mitigação de impactos negativos sobre os direitos humanos relacionados às atividades empresariais e são amplamente reconhecidos como o padrão global para abordar a responsabilidade das empresas em relação aos direitos humanos.

Os UNGPs são organizados em três pilares principais:

Dever do Estado de proteger os Direitos Humanos (Protect):

Os Estados têm a obrigação de proteger contra abusos de direitos humanos cometidos por terceiros, incluindo empresas. Isso envolve criar um marco legal e regulatório eficaz que exija que as empresas respeitem os direitos humanos e também assegurar que as vítimas de abusos de direitos humanos tenham acesso a mecanismos de reparação.

Responsabilidade Corporativa de Respeitar os Direitos Humanos (Respect):

As empresas têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos, o que significa evitar causar ou contribuir para impactos negativos sobre os direitos humanos por meio de suas atividades.

Devem conduzir a "diligência devida" (duediligence) em direitos humanos para identificar, prevenir, mitigar e prestar contas sobre como tratam os impactos negativos sobre os direitos humanos que possam surgir de suas operações.

Acesso a Remediação (Remedy):

Tanto os Estados quanto as empresas devem assegurar que as vítimas de abusos de direitos humanos tenham acesso a mecanismos de reparação eficazes.

Na prática, os UNGPs incentivam as empresas a adotar uma abordagem proativa na identificação e gestão de riscos de direitos humanos, que pode ser realizada por meio de avaliação de Impactos, políticas e compromissos, engajamento com stakeholders, relatórios e transparência e remediação.

A adoção destes princípios pelas empresas, além de reduzir riscos reputacionais e legais, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Plataforma Buser estima para este ano faturamento 10% maior

MOBILIDADE Completando sete anos de operação, empresa chegou à marca de 12 milhões de clientes cadastrados; são transportados cerca de 20 mil passageiros por dia, 530 por hora

MICHELLE VALVERDE

A Buser, plataforma de viagens de ônibus, chegou à marca de 12 milhões de clientes cadastrados. Conhecida por revolucionar o mercado de transporte rodoviário no Brasil, a empresa, que completa em 2024 sete anos de operação, pretende alavancar os resultados de faturamento em 10% frente a 2023. Para isso, mantém investimentos no aprimoramento de tecnologias, na diversificação das rotas e na parceria com empresas de transporte.

Conforme o cofundador da Buser, Marcelo Vasconcellos, as expectativas em relação a 2024 são positivas e a empresa vai registrar crescimento nos resultados. Ações adotadas em 2023, como otimização de processos e ajustes de cursos, estão entre os fatores que irão promover a expansão do faturamento.

"Vamos terminar 2024 maiores. A ideia é crescer pelo menos 10% na comparação com 2023 - e com sustentabilidade financeira, mesmo praticando preços até 50% mais baixos do que o mercado costumava oferecer. O ano de 2023 foi nosso primeiro em que não focamos em crescimento, mas sim em otimização de processos internos e ajustes de custos, para ganhar eficiência. Os frutos colhemos no mesmo ano, com a operação começando a se sustentar, e ao longo deste ano estamos trabalhando para sustentá-los, só que retomando a ampliação".

Ainda segundo Vasconcellos, além de um faturamento maior, a empresa também vem registrando resultados positivos no cadastro de usuários, no número de passageiros transportados e também em parcerias.

"Chegamos ao nosso sétimo ano de operação fazendo história e acumulando bons números. Nossa plataforma, que começou em julho de 2017 com apenas uma página no Facebook antes de virar um app, acaba de chegar à marca de 12 milhões de clientes. Por dia, chegamos a ajudar a transportar 20 mil clientes - o que equivale a 530 passageiros por hora".

Quanto às parcerias firmadas, hoje são cerca de 350 empresas, tanto do segmento de fretamento como das viações de linhas fixas, que revendem passagens junto à Buser. Conforme Vasconcellos, durante a alta temporada, são mais de 1 mil ônibus rodando em parceria com a empresa.

> **"A Buser pretende continuar expandindo sua atuação no fretamento, seja em números de grupos, seja em cidades atendidas"**
> Marcelo Vasconcellos

Crescimento - Para manter os negócios em alta, há investimentos constantes na plataforma, a fim de garantir apoio ao cliente que utiliza a ferramenta. Atualmente, a Buser está presente em todo o País, seja com o fretamento colaborativo, que é o serviço de intermediação de grupos pelo aplicativo, ou com a revenda de passagens.

No fretamento, a região Sudeste do País é a que apresenta maior demanda. Minas Gerais é o segundo maior estado em atuação, com mais de 2,2 milhões de clientes e mais de 100 cidades atendidas - incluindo dezenas de rotas que não têm ligação direta por empresas de rodoviária.

"Estamos sempre investindo na nossa plataforma, que conta com uma infinidade de tecnologias que vão desde o uso da Inteligência Artificial para dar apoio aos viajantes, antes e depois da viagem, e também em *machine learning*, para ajudar na otimização de rotas e distribuição de passageiros. A Buser pretende continuar expandindo sua atuação no fretamento, seja em números de grupos, seja em cidades atendidas, acompanhando a demanda do usuário".

Vasconcellos destaca que para ampliar as rotas e escolher as cidades há um mapeamento de demanda e também é analisado o *feedback* dos usuários. Assim, quanto maior a procura, maior será a ampliação da oferta do serviço.



Ações adotadas em 2023, como otimização de processos e ajustes de cursos, estão entre os fatores que irão promover a expansão do faturamento da Buser FOTO: DIVULGAÇÃO / BUSER

Férias de julho impulsionam resultados

Com preços mais acessíveis e várias rotas disponíveis, em 2024 a Buser registrou o melhor mês de julho da história. Impulsionada pela demanda de férias, o faturamento do mês cresceu mais de 30% e também foi registrado o melhor resultado de faturamento do canal de revenda de passagens, feito em parceria com empresas de rodoviária.

"Em termos de movimento, estamos animados. Julho foi um mês ótimo para a Buser. Alcançamos o melhor resultado da nossa história no modelo de revenda de passagens em parceria com empresas de linha, aquelas que atuam na rodoviária, com crescimento de 40% em comparação com o mês anterior".

Atualmente, as revendas de passagens em rodoviárias já representam mais de 20% do faturamento total da Buser. **(MV)**


Vasconcellos: vamos terminar 2024 maiores. A ideia é crescer pelo menos 10% na comparação com 2023 FOTO: DIVULGAÇÃO / BUSER

AÇAFRÃO IRANIANO

Kian Saffron e Sunflower firmam parceria no Brasil

A Sunflower, empresa de desenvolvimento de carreiras e negócios com propósito, e a produtora canadesnse Kian Premium Saffron darão início à comercialização do açafrão iraniano no Brasil. A parceria visa não apenas oferecer a especiaria de alta qualidade, cultivada nas terras persas de Estahban, no Irã, aos consumidores brasileiros, mas também disseminar a rica cultura persa através de um produto que promete transformar a experiência gastronômica, além de trazer benefícios para a saúde e bem-estar.

O anúncio foi feito em um jantar especial, realizado no último dia 29 de agosto, no The Restô, em Santa Tereza, que reuniu empresários e influenciadores do ramo gastronômico. "Criei um cardápio com muito carinho e cuidado para deixar a noite ainda mais especial. Tivemos o açafrão da Kian aplicado desde a bebida até a sobremesa, tudo criado para mostrar o toque e o requinte que esta iguaria traz para onde ela é utilizada", destaca o *chef* Marlon Sérgio de Sá, que liderou a equipe de *chefs* para o jantar.

Grazielle Cristina da Silva Pinto, fundadora e mentora da Sunflower, ressalta sua empolgação com o lançamento e destaca a nobreza do açafrão persa. "O açafrão Kian é uma especiaria de qualidade superior, com benefícios que vão muito além do sabor e aroma. Ele possui propriedades que são benéficas para a saúde e, inclusive, para a cosmetologia, substituindo produtos de beleza e oferecendo um custo-benefício excepcional", explica Grazielle da Silva Pinto.

Para Sahar Ghanaati, CEO da Kian, a parceria com a Sunflower é, por si só, um enorme passo à frente no impacto social e na inovação do mercado de açafrão no Brasil. "Acreditamos firmemente que, ao integrar os produtos de açafrão *premium* fornecidos pela Kian no mercado brasileiro, não só a distribuição da especiaria de alta qualidade será alargada, mas também a sua consciência aumentará, ajudando ainda mais o importante trabalho que a Sunflower faz", destaca. Para Sahar, esta parceria continuará a impulsionar o envolvimento no crescimento sustentável, resultando em um desenvolvimento econômico local contínuo, um aumento da qualidade e uma diversificação de produtos para os consumidores brasileiros.

Os fios de açafrão da Kian são colhidos à mão com cuidado, no auge do seu frescor, garantindo um aroma, sabor e intensidade de cor inigualáveis. "O mercado brasileiro pode ficar confiante de que ao estabelecer uma parceria conosco, não estará apenas obtendo um açafrão de primeira qualidade, mas também apoiando um ecossistema delicado que os seus clientes vão amar. Utilizamos técnicas de cultivo orgânico e irrigação com eficiência hídrica, não só para proteger o delicado ecossistema do coração do açafrão do Irã, mas também para satisfazer a crescente procura de produtos sustentáveis por parte dos consumidores", explica Sahar.

O açafrão da Kian também é valorizado por suas propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias, e seu impacto positivo na saúde mental é um dos pontos fortes destacados pela fundadora da Sunflower. "Em um mundo onde o custo de medicamentos para saúde mental pode ser elevado, o açafrão surge como uma alternativa natural e acessível para tratamentos como depressão, ansiedade e até mesmo TDAH. Há diversos estudos científicos iranianos que comprovam esta eficácia", afirma.

***Start* da comercialização -** A Sunflower e a Kian Premium Saffron deram entrada nos papéis para abertura de uma nova empresa para facilitar a importação e distribuição do açafrão persa no Brasil. Grazielle da Silva Pinto revelou que a previsão é que os produtos estejam disponíveis no mercado entre o final de setembro e início de outubro. A iniciativa não se limita apenas à comercialização do açafrão, mas também tem um forte componente educacional. "Queremos que as pessoas conheçam e apreciem o açafrão persa e entendam seus múltiplos benefícios, não só na gastronomia, mas também para a saúde e a beleza", ressalta.

A parceria entre as duas empresas também busca promover a cultura persa no Brasil. A Sunflower pretende realizar eventos intimistas com profissionais da gastronomia, cultura e cosmetologia, visando criar uma conexão mais profunda com o produto e sua origem. "Estamos planejando ações que vão além da simples introdução do açafrão no mercado. Queremos que as pessoas conheçam e apreciem a riqueza da cultura persa, além de compreenderem o valor desse produto incrível", enfatiza Grazielle da Silva Pinto.


O açafrão Kian é uma especiaria de qualidade superior, com benefícios que vão muito além do sabor e aroma. Ele possui propriedades que são benéficas para a saúde FOTO: DIVULGAÇÃO / KIAN PREMIUM SAFFRON



CONJUNTURA

PIB avança 1,4% no 2º trimestre

IBGE Resultado alcançado pelo País no período de abril a junho é o melhor desde o fim de 2020

São Paulo e Rio de Janeiro – O Brasil voltou a crescer no segundo trimestre mesmo após as enchentes que abalaram o Rio Grande do Sul, ganhando força em relação ao início do ano e marcando o melhor resultado desde o final de 2020. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do País expandiu 1,4% de abril a junho deste ano na comparação com o primeiro trimestre.

O impulso foi garantido principalmente pela indústria, mas também pelo setor de serviços, compensando a retração na agropecuária. Do lado da demanda, o consumo doméstico seguiu sólido, apesar de uma desaceleração nas despesas das famílias.

O resultado alcançado marca o melhor resultado desde o final de 2020. O impulso foi garantido principalmente pela indústria, mas também pelo setor de serviços, compensando a retração na agropecuária. Do lado da demanda, o consumo doméstico seguiu sólido, apesar de uma desaceleração nas despesas das famílias.

O resultado foi o mais forte desde o quarto trimestre de 2020, período de recuperação da pandemia de Covid-19 quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,7% na comparação trimestral, e ficou acima da expectativa em pesquisa da Reuters de 0,9%.

Ainda mostrou aceleração em relação aos três primeiros meses do ano, quando o crescimento foi de 1,0%, em dado revisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 0,8% informado antes, apesar dos impactos das fortes chuvas que assolaram o Rio Grande do Sul no final de abril e em maio. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, o PIB teve avanço de 3,3%, contra expectativa de 2,7%.

A economia brasileira vem apresentando ganhos graças a um mercado de trabalho aquecido, aumento da renda e inflação controlada, o que favorece o consumo.

No entanto, o Banco Central suspendeu o afrouxamento monetário, e a expectativa é de que a taxa básica de juros termine este ano no nível atual de 10,5%, com alguns economistas prevendo aumento. O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alertou na manhã de ontem para o risco de pressões inflacionárias, frisando a necessidade de aumento da capacidade instalada em meio à aceleração da atividade.

Embora inundações no Rio Grande do Sul tenham afetado safras agrícolas, indústrias e a logística no estado, resultados melhores do que o esperado das atividades destacaram a resiliência da atividade como um todo, com analistas avaliando que os impactos negativos foram menores que o esperado.



O impulso foi garantido principalmente pela indústria, mas o setor de serviços também contribuiu com o desempenho, compensando a retração na agropecuária FOTO: REUTERS / WASHINGTON ALVES

Indústria e investimentos - No segundo trimestre houve resultados positivos de forma generalizada. No lado da produção, a indústria apresentou crescimento de 1,8%, deixando para trás o recuo de 0,1% nos três primeiros meses do ano.

"Com o fim do protagonismo da pecuária, a indústria se destacou nesse trimestre, em especial na eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e na construção", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Os serviços - setor que responde por cerca de 70% da economia do País - avançaram 1% no período, com desaceleração frente à alta de 1,4% de janeiro a março.

Somente a agropecuária ficou no vermelho, com uma retração de 2,3% em relação ao primeiro trimestre, quando disparou 11,1%.

"Já era esperado desempenho ruim do agro este ano por conta de questões climáticas, e com a tragédia no Sul teve uma piora para a soja que é nossa principal lavoura", completou Palis.

Do lado das despesas, tanto o consumo das famílias quanto do governo tiveram alta de 1,3% no segundo trimestre. Em relação às famílias, houve perda de força depois de uma expansão de 2,5% no primeiro trimestre, mas os gastos do governo aumentaram ante uma alta de 0,1% no início do ano.

Já a Formação Bruta de Capital Fixo, uma medida de investimento, cresceu 2,1%, mantendo um ritmo forte embora abaixo dos 3,8% do primeiro trimestre e ainda 13,1% abaixo de seu pico.

"Vários fatores explicam esse salto do investimento: tem melhora na construção que gera renda e emprego, e isso movimenta o mercado de trabalho; tem queda nos juros e estamos perto de período eleitoral, com obras que tem que ser feitas e antecipadas. Tem ainda programas do governo como PAC e outros que impulsionam a construção e consequentemente o investimento", disse.

No que se refere ao setor externo, as exportações de bens e serviços tiveram desempenho positivo de 1,4%, enquanto as importações pesaram com alta de 7,6%, a mais intensa desde o primeiro trimestre de 2021.

O Ministério da Fazenda ainda anunciou que sua projeção para o crescimento do PIB este ano, atualmente em 2,5%, deve ser revisada para cima. De acordo com Haddad, o desempenho do PIB deve superar 2,7% ou 2,8% em 2024. **(Reuters)**

> **"Com o fim do protagonismo da pecuária, a indústria se destacou nesse trimestre, em especial na eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e na construção"**
>
> Rebeca Palis



Somente a agropecuária ficou no vermelho no trimestre, com uma retração de 2,3% em relação ao período anterior, quando disparou 11,1% FOTO: FMC / CORPORATION

Desempenho surpreende mercado financeiro, que esperava alta de 0,9%

Rio de Janeiro e São Paulo - O mercado financeiro esperava crescimento de 0,9% no Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, de acordo com a mediana das projeções de analistas consultados pela agência Bloomberg.

O resultado de 1,4% divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocorre em meio a um contexto de ganhos de renda com o mercado de trabalho aquecido e transferências governamentais. O cenário, dizem analistas, estimulou o consumo de bens e serviços.

A expectativa do mercado financeiro para o PIB no acumulado deste ano é de avanço de 2,46%, conforme a mediana da edição mais recente do boletim Focus, divulgada pelo Banco Central (BC) na segunda-feira (2). Ao final de 2023, a previsão para 2024 era menor, de 1,52%.

Outro fator que marcou o segundo trimestre deste ano foi o registro de enchentes de proporções históricas no Rio Grande do Sul. A catástrofe destruiu moradias, lojas, fábricas e propriedades rurais.

Em um primeiro momento, o caso levou a uma onda de projeções pessimistas para a atividade econômica no segundo trimestre. Essa leitura, contudo, passou a mudar a partir da divulgação de dados econômicos do estado.

Com o passar dos meses, analistas passaram a ver sinais de recuperação mais rápida e impactos menos negativos do que os previstos inicialmente.

Parte dos economistas ainda se questiona sobre a sustentabilidade do ritmo de crescimento do PIB com o impulso do aumento da renda via mercado de trabalho e transferências governamentais. A incerteza fiscal segue como um ponto de atenção. **(Leonardo Vieceli e Eduardo Cucolo/Folhapress)**

MPT recebe denúncias de assédio eleitoral dentro de empresas em Minas

TRABALHO Casos registrados em seis municípios do Estado são investigados

RODRIGO MOINHOS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) vem recebendo denúncias de cidadãos, fontes empresariais e institucionais, sobre assédio eleitoral no ambiente de trabalho em Minas Gerais. Até então, foram recebidas pelo MPT um total de 17 denúncias no Estado, sendo que oito delas são sobre fatos relativos à eleição que ocorrerá ainda neste ano.

De acordo com o MPT, neste momento, os dados que eles puderam fornecer sobre os casos de assédio eleitoral, sem prejuízo do andamento das investigações, são apenas a indicação das cidades nas quais foram originadas as denúncias. São elas: Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Pouso Alegre, Varginha e Divinópolis.

A partir da denúncia, é iniciado um "procedimento de investigação que implica em coleta de provas, escuta de testemunhas, tudo para formar convicção e provas de que o ato foi de fato praticado e de que ele caracteriza uma prática de assédio eleitoral", enumera o Ministério.

"Um servidor público narrou que recebeu, durante sua folga de domingo, uma mensagem via rede social da repartição pública, com um convite para participar do lançamento da candidatura de um candidato à prefeitura, apoiado pelo atual prefeito. A denúncia também informou que havia a orientação para o não uso do uniforme da repartição, de modo a tentar evitar possíveis denúncias", diz uma denúncia.

"Há um campo para indicar se quer ou não manter seus dados em sigilo. Esse sigilo será totalmente respeitado. O trabalhador deve informar ainda a cidade e o estado"
Paulo de Oliveira

Aplicativo – Ontem foi lançado pelo MPT e pelas centrais sindicais, um aplicativo destinado à denúncia de trabalhadores contra o assédio eleitoral nas eleições municipais, que serão realizadas em outubro deste ano.

O projeto foi desenvolvido pelo MPT juntamente com as oito centrais brasileiras - CUT, Força Sindical, NCST, UGT, CTB, CSB, Pública e Intersindical - e conta também com uma cartilha sobre o tema, com objetivo informar e facilitar as denúncias, visando proteger os funcionários de empresas privadas, terceirizados e servidores públicos.

Em 2024, as denúncias de assédio eleitoral estão crescendo, segundo informou o MPT. Até a última segunda-feira (2), foram registradas 168 queixas no País, volume que seria 13% superior ao mesmo número de reclamações feitas no mesmo período de 2022.

Na véspera do 2º turno das eleições de 2022, o Ministério recebeu 2.360 denúncias contra 1.808 empresas e gestores públicos. A maioria (934) ocorreu na região Sudeste, seguido pelo Sul, com 690 relatos.

Entretanto, os dados atuais apontam que o Nordeste está sendo a região com o maior número de relatos de assédio eleitoral, dado que surgiu como uma surpresa, uma vez que em 2022 essa era uma das regiões que contava com o menor número de queixas.

O secretário de Organização e Mobilização da CSB, Paulo de Oliveira, explicou que, para ter acesso ao aplicativo, é necessário visitar os *links* que serão disponibilizados nas páginas das centrais sindicais.

Na página de denúncia há uma explicação detalhada sobre as situações que configuram o assédio eleitoral. Após a leitura, o trabalhador é encaminhado para preencher as informações, com a possibilidade de manter o sigilo dos dados. Entretanto, é necessário completar informações como: nome, telefone, e-mail e nome e CNPJ da empresa.

"Há um campo para indicar se quer ou não manter seus dados em sigilo. Esse sigilo será totalmente respeitado. O trabalhador deve informar ainda a cidade e o estado, além do sindicato que lhe representa, mesmo que não seja filiado", orientou Oliveira.

Ele reforça que a denúncia deve ser feita com o maior número de detalhamento possível. Caso o funcionário apresente o CNPJ da empresa, é recomendado que essa informação seja descrita no aplicativo. Após o preenchimento do relato, é possível anexar quatro tipos de arquivo para comprovar a denúncia, seja ele áudio, foto, vídeo ou documento.

O assédio eleitoral pode acontecer fora do ambiente do trabalho, como no deslocamento do trabalhador até sua casa, em festas e eventos da empresa, entre outros casos, mas sempre envolve situações em função da relação do trabalhista. **(Com informações da Folhapress)**



Nova resolução do TSE enquadra o uso de estrutura empresarial na coação de funcionários para obter vantagem eleitoral FOTO: ARQUIVO / AGÊNCIA BRASIL

Candidatos podem responder por crime e abuso econômico

A procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Danielle Olivares Corrêa, explica que o assédio eleitoral pode ser avaliado como "toda prática de coação, intimidação, ameaça, humilhação ou constrangimento associada a um determinado pleito eleitoral no intuito de influenciar ou manipular o voto", diz.

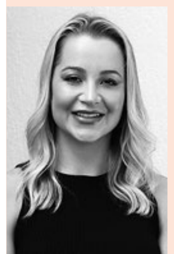
Segundo a procuradora, o assédio eleitoral pode acontecer de diferentes formas, indo desde a imposição de uso de uniforme, vestimentas, bonés ou *bottons* alusivos à determinada campanha eleitoral, até a promessa de benefícios e a ameaça de prejuízo no contrato de trabalho em razão dos resultados das eleições.

"O poder diretivo do empregador tem limite nos direitos fundamentais do trabalhador que se encontra naquela relação. A autoridade deve se voltar para a fiscalização da qualidade do trabalho, da jornada e da assiduidade, mas nunca pode invadir um direito fundamental do cidadão", afirma Danielle Olivares Corrêa.

O assédio eleitoral também pode trazer consequências aos candidatos envolvidos na ação, como a possibilidade de ser configurado como crime eleitoral, abuso de poder político ou econômico e improbidade administrativa.

Neste ano, uma nova resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi sancionada e determina que "o uso de estrutura empresarial para constranger ou coagir pessoas empregadas, funcionárias ou trabalhadoras, aproveitando-se de sua dependência econômica, com vistas à obtenção de vantagem eleitoral, pode configurar abuso de poder econômico". **(RM/com informações da Folhapress)**

DIREITO PARA PEQUENOS NEGÓCIOS



YASMIN PEREIRA LACERDA
Membro da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB/MG

A recorrência de fraudes em CPFs e CNPJs

Em tempos atuais, não é incomum depararmos com queixas relacionadas à contratação de operações realizadas mediante fraude ou aporte de dados de terceiros.

Vemos rotineiramente golpes e fraudes aplicados com a utilização de CPFs na contratação de diversos serviços, realização de empréstimos, consórcios, dentre outros.

Hoje, tal fato também tem se estendido ao uso indevido de CNPJs. Há inúmeras empresas vítimas de fraudes e aporte de dados, para a contratação de serviços por terceiro fraudador, não habilitado para tanto, configurando extenso prejuízo.

Ambas as situações têm um fato comum: a ausência da aplicação de medidas de segurança. Em muitos casos, observa-se a ausência de apresentação de documentação do representante legal, ausência da comprovação da prestação do serviço e ausência de assinatura e do contrato correspondente.

Vemos assim empresas respondendo por débitos não contraídos, os quais necessitam de tutela jurisdicional que vise à correção do ato praticado.

Para concretização de fraudes, demandam-se poucas informações e os empresários precisam estar preparados para se precaver dessas ações.

Através disso, notório o crescimento das demandas judiciais pelas quais buscam a anulação de negócio entabulado por possível fraudador, buscando ainda o aceite de contestações.

Em determinados casos, busca-se também a reparação por eventuais prejuízos suportados, como no caso de negativação expressa indevida.

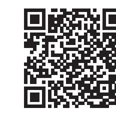
O corpo jurídico deve atuar na minimização dos prejuízos financeiros até a responsabilização criminal pelos atos cometidos com o número do Cadastro de Pessoa Jurídica.

Se, de um lado, busca-se que determinada empresa ou pessoa física não responda por aquilo que não se contratou, de outro, vê-se a necessidade do mercado absorver maiores tecnologias e medidas preventivas das quais busquem minimizar prejuízos e assegurar contratações válidas e justas.

As novas práticas de mercado, cumuladas com as facilitações de contratação, são avanços obtidos os quais demandam também atitudes preventivas e instauração de políticas que visem tratar da problemática adquirida.

Nesse sentido, a assessoria jurídica especializada que atue na capacitação da liderança e atue na elaboração das políticas internas, disciplinando a venda, o uso e apropriação dos dados no ambiente corporativo, é imprescindível.

O acompanhamento próximo, a ser dado pelo especialista diante das necessidades de cada negócio, é uma boa estratégia da qual visa que sejam garantidos requisitos válidos de contratação.



FINANÇAS

FINANÇAS EM FOCO

DANIEL SPOLAOR



Cofundador e CEO da Universidade Corporativa Korú

O *turnover* impacta as finanças da sua empresa

A rotatividade de colaboradores é muitas vezes tratada como um fenômeno normal e inevitável. No entanto, precisamos enxergar o *turnover* para além da sua espontaneidade, sob uma nova ótica: uma questão que pode impactar negativamente nossa economia. O Brasil lidera o índice de rotatividade de funcionários em todo o mundo, com uma taxa alarmante de 56%, segundo um estudo realizado pela Robert Half com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Esse número não é apenas uma estatística preocupante, é um reflexo de uma das maiores causas da perda de produtividade no País.

Com uma taxa anual de aproximadamente 50%, a cada dois anos, 100% da população economicamente ativa está trocando de emprego. Isso desestabiliza as empresas, prejudicando o aprendizado de médio e longo prazo que são fundamentais para a inovação e a solução de problemas. Sem esse conhecimento acumulado, a capacidade da economia brasileira de crescer se torna limitada. Menos renda e melhora da qualidade de vida.

Embora o *turnover* seja um tema frequentemente abordado por economistas, especialmente no contexto industrial, é crucial que ele se torne uma prioridade central nos departamentos de recursos humanos (RH) de todas as organizações. Quanto mais pessoas deixam uma organização, mais outras tendem a seguir o mesmo caminho, criando um ciclo vicioso de insatisfação e abandono.

Conduzi um estudo que demonstrou que a ineficiência de uma unidade industrial estava 91% das vezes correlacionada com a perda de lideranças. Isso ilustra como a saída de funcionários-chave pode devastar a produtividade de uma organização. Transpondo essa estatística para o cenário nacional, podemos afirmar que boa parte do declínio industrial do Brasil se deve ao *turnover*. E esse fenômeno não se restringe à indústria, sendo igualmente relevante para todos os setores.

O *turnover* é aceito e associado à insatisfação das novas gerações. No entanto, casos de sucesso mostram que é possível controlar a rotatividade e transformá-la em uma vantagem competitiva. Culpar as gerações é distorcer a realidade dos fatos.

O ponto mais fundamental sobre tudo isto é entender as necessidades das pessoas. A teoria da motivação humana de Maslow, com suas cinco camadas de necessidades (fisiológicas, de segurança, de pertencimento, de reconhecimento e de autorrealização), é um excelente ponto de partida. É importante, porém, lembrar que as necessidades das pessoas variam constantemente, sendo necessária, uma abordagem holística, adaptável e de escuta e diálogo permanentes. %

Itaú quer dobrar operação voltada para as MPMEs

% CRÉDITO Banco aposta na sua base de 1,7 milhão de clientes para expandir a sua atuação no segmento de micro, pequenas e médias empresas

São Paulo - O Itaú Unibanco aposta no próprio universo de clientes para, no mínimo, dobrar a operação voltada a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) nos próximos anos, após o segmento encerrar o primeiro semestre de 2024 com uma carteira de crédito em torno de R$ 200 bilhões.

"Nós queremos, no mínimo, dobrar essa operação nos próximos anos", afirmou o diretor de Pequenas e Médias Empresas do Itaú Unibanco, André Rodrigues, em entrevista à Reuters. "Imaginamos que até 2027, esse é um pouco do horizonte que temos trabalhado, isso pode acontecer", estimou.

De acordo com o executivo, a base no segmento de PMEs já soma 1,7 milhão de clientes, mas há um público potencial de 2 milhões de clientes que já têm algum relacionamento com o Itaú, o que permite uma atuação mais "cirúrgica". "Almejamos chegar a algo como 2,5 milhões de clientes nesse horizonte de tempo."



A carteira de crédito do segmento de MPMEs do Itaú chegou a R$ 198,2 bilhões no fim do terceiro trimestre deste ano FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO ALISSON J. SILVA

Um exemplo desse cliente é um médico que tem relacionamento pessoa física com o serviço Personnalité ou Uniclass, mas também tem um consultório, ou um advogado nessa mesma situação que tem um escritório, ou algum lojista que use apenas o serviço de adquirência da Rede, entre outros exemplos.

"Temos um universo de clientes dentro dessa massa endereçável, muitos altamente vinculados ao Itaú. A abordagem está sendo desenhada para focar esse público", disse, estimando um mercado-alvo total da ordem de 5,5 milhões a 6 milhões.

Gestão de risco - Tal prognóstico tem como base o desenvolvimento da área nos últimos dez anos, que contemplou a criação de um modelo de gestão de risco de crédito, a segmentação/regionalização da operação, incluindo a abertura de polos regionais, capacitação de profissionais e desenvolvimento de metodologia de trabalho.

De acordo com Rodrigues, a partir de 2021, o segmento começa a experimentar um crescimento "muito" forte. De 2019 até hoje, afirmou, a carteira de crédito no varejo de PMEs (empresas com faturamento anual entre R$ 200 mil e R$ 50 milhões) quadruplicou. "É um crescimento muito importante."

Conforme os números divulgados nos balanços do Itaú, em 2019, a carteira de MPMEs somava R$ 85,8 bilhões. Ao final do segundo trimestre deste ano, totalizava R$ 198,2 bilhões. O chamado "varejo de PMEs", responde por mais ou menos metade do portfólio. **(Reuters)** %

Bradesco fecha o 2º trimestre com uma carteira de R$ 184 bi

São Paulo - O Bradesco encerrou o segundo trimestre com uma carteira de micro, pequenas e médias empresas (PMEs) de R$ 184,065 bilhões, enquanto Banco do Brasil tinha R$ 121,814 bilhões e Santander Brasil registrou R$ 70,922 bilhões.

De acordo com o diretor de Pequenas e Médias Empresas do Itaú Unibanco, André Rodrigues, o Itaú deve fazer esse movimento de dobrar a operação, "pelo menos, preservando a rentabilidade, quiçá até melhorando na margem, dado que grande parte do investimento estrutural está feita".

Para o executivo, a competição no setor quando racional, sustentável, não causa um problema do ponto de vista de rentabilidade. E mesmo estratégias mais agressivas muitas vezes também não prejudicam a rentabilidade, mas podem afetar a inclinação no crescimento.

"Nós já fizemos isso no passado, para preservar a qualidade do que estamos fazendo, às vezes, temos que tirar o pé do acelerador para não entrar em uma guerra que não faz sentido porque não é sustentável" argumentou.

Para Rodrigues, a necessidade de "completude" desse cliente o coloca à frente de bancos digitais, que podem ter atendimento limitado para as necessidades desse segmento, enquanto a "fórmula da Coca-Cola" na gestão de crédito desenvolvida nesses dez anos o distingue em relação aos incumbentes.

Ele ainda ressaltou o desenvolvimento do capital humano para tal tipo de operação e a decisão de regionalizar como diferenciais do Itaú.

Mesmo o cenário macro não é visto pelo executivo como um eventual vento contrário muito forte para a operação. "Pode ter uma calibragem da inclinação da curva, que eu acho que é natural, mas hoje temos conhecimento proprietário da base de clientes pra seletivamente continuar sempre crescendo".

Falando do cenário atual, ele disse que a carteira deve, no mínimo, manter o ritmo de crescimento atual.

De olho nesse mercado, o Itaú lançou no mês passado uma nova campanha de reposicionamento de marca do Itaú Empresas, unidade de negócio voltada ao atendimento e assessoria para PMEs, que também conta com o ex-jogador Ronaldo Nazário para mostrar histórias de sucesso de clientes do banco.

Em julho, apresentou um aplicativo Itaú Empresas "mais ágil", com interface simples e usabilidade intuitiva. Uma das novidades foi a facilitação da transição entre o app Itaú Empresas e o do Itaú para clientes pessoa física, com integração e redirecionamento do primeiro para o segundo. **(Reuters)** %

% VALORES A RECEBER

BC abre consulta para os CNPJs inativos

Brasília - O Banco Central (BC) abriu ontem a consulta para empresas que fecharam verificar se há dinheiro esquecido no Sistema de Valores a Receber (SVR). No total, o sistema tem R$ 8,5 bilhões esquecidos por pessoas físicas e jurídicas.

O representante legal da empresa fechada pode entrar no sistema com a conta pessoal gov.br - nível de segurança ouro ou prata - e assinar um termo de responsabilidade para consultar se há dinheiro que ficou parado em bancos, administradoras de consórcios, cooperativas, financeiras e corretoras, por exemplo.

No SVR, será informado em qual instituição estão os valores da empresa com o CNPJ inativo, os dados de contato, a faixa e a origem do valor. O BC ressalta que não será possível solicitar o valor diretamente pelo sistema.

O representante legal da empresa encerrada deverá entrar em contato com a instituição indicada para combinar a forma de apresentar a documentação necessária para comprovar sua identidade.

Até então, o acesso ao SVR não era disponibilizado para empresas encerradas porque as companhias com CNPJ inativos não têm certificado digital (e-CNPJ), requisito para acesso ao sistema, que é feito exclusivamente por meio da conta gov.br.

De acordo com a última atualização do BC, com dados de junho, 41 milhões de pessoas físicas ainda têm dinheiro a receber, um montante de R$ 6,6 bilhões, além de 3,4 milhões de empresas, no total de R$ 1,9 bilhão.

Os bancos lideram o volume de dinheiro esquecido, seguidos por administradoras de consórcios, cooperativas, instituições de pagamento, financeiras e corretoras.

A maior parte dos beneficiários tem acesso a menos de R$ 100 esquecidos. Enquanto uma pequena parcela de pessoas possui acima de R$ 1.000. Confira como foi feita a divisão:

- Até R$ 10: 32.362.481 beneficiários;
- Entre R$ 10,01 a R$ 100: 12.850.764 beneficiários;
- Entre R$ 100,01 a R$ 1.000: 5.151.203 beneficiários;
- Acima de R$ 1.000,01: 924.893 beneficiários

O beneficiário com valores a receber em mais de uma faixa é contado mais de uma vez. **(Nathalia Garcia/Folhapress)** %

Apple e Samsung negociam oferta de Pix por aproximação

CARTEIRAS DIGITAIS Próxima fase do sistema tecnológico de pagamentos será lançada pelo Banco Central em fevereiro do próximo ano

São Paulo - Usuários de Apple Pay e Samsung Pay ainda não têm acesso garantido ao Pix por aproximação, próxima fase da tecnologia de pagamento do Banco Central (BC) que será ofertada a partir de fevereiro de 2025. As fabricantes, no entanto, negociam entrada no sistema.

Ao contrário do Google, desenvolvedor do Android, Apple e Samsung ainda não se credenciaram junto ao BC como "iniciadoras de pagamento" e, pela regra atual, não poderiam oferecer o Pix por aproximação em suas carteiras digitais.

O BC determinou que, para oferecer a ferramenta, as carteiras digitais terão que fazer parte do ecossistema do *open finance*, o que requer o cadastro junto ao órgão para "preservar a segurança e o sigilo do processo". Atualmente, Apple e Samsung não são instituições cadastradas no BC e não fazem parte do sistema Pix.

As fabricantes, por outro lado, entendem que isso não seria necessário por considerarem que a funcionalidade terá uso muito similar aos cartões cadastrados na carteira Apple Pay, e a responsabilidade pelas transações seguiria com as instituições financeiras.

No caso do Pix por aproximação, porém, será necessário que o usuário vincule sua conta bancária à carteira digital, o que exige envolvimento maior da dona do sistema operacional.

Com o Pix por aproximação, o BC quer facilitar o sistema de pagamentos, hoje condicionados ao escaneamento de QR Codes e à inserção de chaves, o que requer alguns passos adicionais dentro do aplicativo dos bancos.

Senha - No novo sistema, o usuário irá cadastrar contas de sua preferência na carteira digital, que atuará como iniciadora de uma transação Pix, sem a necessidade de abrir o app do banco ou fazer uma transação manualmente. Será da mesma forma que os cartões cadastrados nos *smartphones*. Para a segurança dos usuários, uma senha, usualmente a do próprio aparelho, será requisitada a cada transação.

No momento, Apple e Samsung estão em conversa com o BC para poderem ofertar o Pix por aproximação sem serem reguladas pelo órgão. Caso contrário, elas terão que tentar o registro, cuja aprovação pode levar meses.

Sem o aval do BC, para que usuários dos aparelhos Apple usem a nova ferramenta, a empresa terá que liberar carteiras de outros desenvolvedores em seus dispositivos, como antecipado pelo Financial Times.

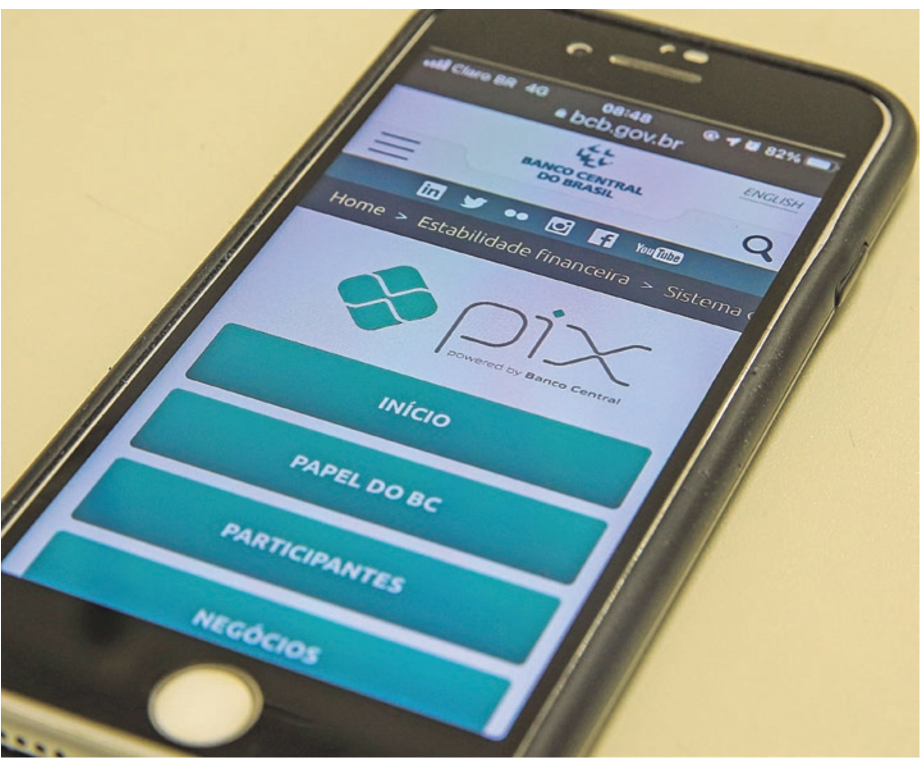
Segundo Gabriela Szprinc, chefe de negócios e produtos da Dock, uma iniciadora de pagamentos habilitada, o processo de credenciamento para atuar como parceiro Apple é criterioso e poucas empresas devem conseguir passar no filtro. "Nós vamos tentar e estamos empolgados com a oportunidade", ressaltou.

Donos de aparelhos da Samsung podem baixar carteiras digitais já habilitadas, como a própria Google Pay. Interessada neste mercado, a *big tech* se adiantou e já oferece o Pix por aproximação no Google Pay, em parceria com o C6 Bank e o PicPay.

"A jornada sem redirecionamento, que acabamos de lançar, foi resultado de um processo de desenvolvimento técnico e regulatório longo, realizado junto com o Banco Central e com o restante da indústria", diz o Google em nota.

Nessa única cartada, o Google arrematou a maior parte do mercado brasileiro de pagamento via carteiras digitais. De acordo com as estimativas da plataforma de monitoramento Sensor Tower, o PicPay detém a maior base de usuários no Brasil entre os aplicativos de carteira digital, com uma média de 21,8 milhões de usuários no primeiro semestre de 2024, seguido por Mercado Pago e Google Pay, com 18,5 milhões e 6,6 milhões, respectivamente. **(Júlia Moura e Pedro S. Teixeira/Folhapress)**

"A Apple e a Samsung estão em conversa com o BC para poderem ofertar o Pix por aproximação sem serem reguladas pela autoridade monetária. Caso contrário, elas terão que tentar o registro, cuja aprovação pode demorar meses"



O BC planeja facilitar as operações do Pix, hoje condicionadas ao escaneamento de QR Codes e à inserção de chaves FOTO: MARCELLO CASAL JR. / AGÊNCIA BRASIL

Indicadores Econômicos

Dólar

		03/09/2024	02/09/2024	30/08/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6410	R$ 5,6140	R$ 5,6320
	VENDA	R$ 5,6410	R$ 5,6140	R$ 5,6330
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6218	R$ 5,6224	R$ 5,6556
	VENDA	R$ 5,6224	R$ 5,6230	R$ 5,6562
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6720	R$ 5,6600	R$ 5,6810
	VENDA	R$ 5,8520	R$ 5,8400	R$ 5,8610

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718

Ouro

	03/09/2024	02/09/2024	30/08/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.492,72	US$ 2.499,45	US$ 2.503,34
BM&F-SP (g)	R$ 449,74	R$ 452,32	R$ 454,99

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	-
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

02/09.. US$ 369.152 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,802	0,8196
COLON/COSTA RICA	35	0,3585	0,3609
COLON/EL SALVADOR	40	0,01083	0,01096
COROA DINAMARQUESA	55	0,8321	0,8323
COROA ISLND/ISLAN	60	0,0404	0,04048
COROA NORUEGUESA	65	0,5257	0,5258
COROA SUECA	70	0,5453	0,5455
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5305	1,5309
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7778	3,7788
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6218	5,6224
DOLAR CANADENSE	165	4,1508	4,1515
DOLAR DA GUIANA	170	0,02671	0,02703
DOLAR CAYMAN	190	6,7327	6,815
DOLAR CINGAPURA	195	4,2954	4,2975
DOLAR HONG KONG	205	0,7209	0,721
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8236	0,8364
DOLAR DOS EUA	220	5,6218	5,6224
FORINT/HUNGRIA	345	0,01574	0,01575
FRANCO SUICO	425	6,6108	6,6123
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007285	0,0007296
IENE	470	0,03855	0,03855
LIBRA/EGITO	535	0,1158	0,116
LIBRA ESTERLINA	540	7,3657	7,367
LIBRA/LIBANO	560	0,0000627	0,0000628
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004323	0,0004325
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1752	0,1754
NOVO SOL/PERU	660	1,4847	1,4868
PESO ARGENTINO	665	0,06693	0,06698
PESO CHILE	715	0,006066	0,00607
PESO/COLOMBIA	720	0,001345	0,001347
PESO/CUBA	725	0,2342	0,2343
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09385	0,09446
PESO/FILIPINAS	735	0,09952	0,09956
PESO/MEXICO	741	0,2836	0,2838
PESO/URUGUAIO	745	0,1394	0,1395
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7259	0,7283
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002669	0,002685
RENMINBI HONG KONG	796	0,7892	0,7893
RIAL/CATAR	800	1,5419	1,5429
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4979	1,4981
RINGGIT/MALASIA	828	1,2865	1,2881
RUBLO/RUSSIA	830	0,06454	0,06455
RUPIA/INDIA	860	0,06693	0,06698
WON COREIA SUL	930	0,004194	0,004197
EURO	978	6,2076	6,2088

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.
Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

17/08	0,01365639	3,04812311
18/08	0,01365696	3,04825052
19/08	0,01365754	3,04838015
20/08	0,01365781	3,04843943
21/08	0,01365781	3,04843943
22/08	0,01365781	3,04843943
23/08	0,01365823	3,04853405
24/08	0,01365880	3,04866079
25/08	0,01365935	3,04878462
26/08	0,01365991	3,04891012
27/08	0,01366019	3,04897093
28/08	0,01366019	3,04897093
29/08	0,01366019	3,04897093
30/08	0,01366062	3,04906731
31/08	0,01366106	3,04916471

Fonte: Fenaseg

TBF

27/08 a 27/09	0,8484
28/08 a 28/09	0,8494
29/08 a 29/09	0,8145
30/08 a 30/09	0,7772
01/09 a 01/10	0,7760
02/09 a 02/10	0,8150

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

sage

Dia 4

ICMS - Scanc/Tributação monofásica - Contribuinte que tiver recebido o combustível de outro contribuinte substituído
a) entrega de informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc);
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, II; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

ICMS - Scanc/Tributação monofásica - Importador
a) entrega de informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc);
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, IV; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

IOF - Pagamento do IOF apurado no 3º decêndio de Agosto/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 21 a 31.08.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

Dia 5

ICMS - Scanc/Tributação monofásica - Contribuinte que tiver recebido o combustível exclusivamente de contribuinte substituto
a) entrega de informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc);
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, III; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

ICMS - Scanc/Tributação monofásica - Importador
a) entrega de informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc);
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, IV; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 6

Salário - Pagamento dos salários mensais relativos a agosto/2024. Consultar o documento coletivo de trabalho da categoria profissional, que pode estabelecer prazo específico para pagamento dos salários aos empregados.

VARIEDADES

Minas Trend chega em outubro e de "casa nova"

CLÁUDIA DUARTE, Editora

Um dos maiores salões de negócios da moda do País se prepara para 2024 e vem de "casa nova". Entre os dias 22 e 24 de outubro, Belo Horizonte vai sediar a 32ª edição do Minas Trend, agora reposicionado como a verdadeira "Casa da Indústria da Moda". O evento, que é referência no calendário da moda nacional, traz nesta edição uma novidade: o BH Shopping, um dos principais complexos de compras do Brasil, será o novo palco para as inovações e tendências do setor.

Em edições passadas, a "casa" do Minas Trend havia sido o Expominas e, nos últimos dois anos, o Minascentro, no centro da Capital. O Minas Trend é realizado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

Sob o tema "Reflexos da Moda: Revelando Horizontes", o Minas Trend deste ano vai convidar os participantes a explorarem as novas perspectivas e direções da moda para o outono/inverno 2025. O evento será um ponto de encontro essencial para lojistas e expositores de todo o País, proporcionando uma imersão nas tendências que vão moldar o futuro da moda brasileira.

Reunindo os principais nomes e marcas do universo fashion de Minas e do Brasil, o Minas Trend se tornou um dos principais eventos de pré-lançamento, antecipando tendências e modificando também o calendário da moda brasileira. Ele também promove intercâmbio, troca de conhecimento e integração entre profissionais, colocando em destaque a criatividade, reflexo da alta qualidade da moda e do talento mineiro. Consegue, assim, estimular o crescimento e a organização do setor.



Minas Trend, realizado pela Fiemg, tornou-se um dos principais eventos de pré-lançamentos, antecipando tendências FOTO: DIVULGAÇÃO / FIEMG

Segundo a Fiemg, é o único evento do segmento que reúne, em um único lugar, expositores de vestuário, calçados, bolsas, joias e bijuterias, sendo um conceito inédito no Brasil. Dessa forma, consolidou-se como um grande salão de negócios e referência para a indústria da moda.

De acordo com a gerente de Projetos de Negócios da Fiemg, Franciely Martins, essa mudança estratégica de local e conceito reafirma o compromisso do Minas Trend em ser mais que um evento de moda. "Ele se consolida como o principal ponto de convergência da indústria da moda no Brasil, onde tradição e inovação se encontram para revelar os horizontes de um novo amanhã, fomentando os negócios e o crescimento do setor", destaca.

Os compradores de moda de todo o País já podem se programar para a data de lançamento da temporada outono-inverno 2025: de 22 a 24 de outubro, no BH Shopping.

> **"32ª edição do Minas Trend será entre os dias 22 e 24 de outubro, repaginado agora como a verdadeira 'Casa da Indústria da Moda', no BH Shopping"**

7º Bazar do Bem em prol do Instituto Mário Penna

Roupas, bolsas e calçados usados de boas marcas, em bom estado, a preços baixos e em prol de uma causa beneficente. É o que se propõe o 7º Bazar do Bem, realizado pela Comissão Feminina da Associação Mineira de Supermercados (Amis) e as Voluntárias do Mário Penna (Volmape). O bazar será nos dias 5 (quinta), 6 (sexta) e 7 (sábado) de setembro, no espaço de eventos da Amis, que fica na avenida Barão Homem de Melo, 2200, no Estoril.

Estarão à venda mais de 10 mil peças femininas e masculinas, para adultos e crianças, com preços a partir de R$ 10,00. O pagamento pode ser feito por meio de Pix, dinheiro em espécie ou no cartão de crédito, inclusive, podendo ter o valor dividido em até seis vezes, com parcela mínima da R$ 50,00.

O bazar é a maior fonte de arrecadação de recursos da Volmape e possibilita à entidade manter e expandir as diversas ações voluntárias junto aos pacientes carentes do Instituto Mário Penna, em Belo Horizonte Um exemplo dessas ações está na alimentação, com média de 600 lanches por dia, para pacientes em quimioterapia e seus acompanhantes, que estão em trânsito no hospital e costumam vir de outras cidades permanecendo por lá o dia todo. O hospital oferece o almoço, mas a Volmape complementa as demais refeições.

Outra forma de apoio é com o atendimento às necessidades individuais de pacientes em leito e seus acompanhantes na oferta de itens como creme e escova dental, fralda, pente, xampu, hidratante corporal, sandálias, peças íntimas, touca, barbeador e roupas diversas.

Há ainda a manutenção em 100% do Coral de Laringectomizados (quem teve remoção total ou parcial da laringe), incluindo próteses fonatórias e demais insumos que permitem a esses pacientes voltarem a se comunicar; além da doação de produtos que evitam ou amenizam as mucosites (inflamação na boca e garganta em decorrência do tratamento oncológico), permitindo ao paciente prosseguir com o tratamento evitando queimaduras e internações.

Entre várias outras formas de apoio ao Instituto Mário Penna, a Volmape também compra medicamentos não fornecidos pelo SUS e realiza exames a pacientes carentes e assistência pós-internação, mediante indicação da necessidade pela equipe de humanização do Hospital Luxemburgo, que é da rede Mário Penna.


Bazar reúne roupas, calçados e bolsas de excelentes marcas FOTO: DIVULGAÇÃO / VOLMAPE

SERVIÇO

7º Bazar do Bem
Local: Sede da Associação Mineira de Supermercados (Amis)
Endereço: Avenida Barão Homem de Melo, 2.200 - Estoril - BH
Datas e horários:
Dias 5 e 6/9/2024: das 9h às 19h
Dia 7/9/2024: das 9h às 15h
Mais informações: Instagram @amismg e @volmape

Junglebier agita o feriado

Neste sábado, feriado de 7 de setembro, a partir das 11h, será realizado um dos maiores eventos de harmonizações de cerveja: a 20ª edição do Festival Junglebier. E será em um dos belos cenários da Capital, que é nos arredores do Museu Abílio Barreto, na Cidade Jardim, onde nasceu BH. O acesso é gratuito mediante retirada de ingressos pela plataforma Gofree (eventos.gofree.co). É permitido levar eco copo de casa, desde que seja de acrílico ou metal e que tenha marcação de 300 ml e 500 ml. Serão comercializados mais de 40 rótulos de cervejas, que serão harmonizados com o melhor da gastronomia mineira. A boa música sempre foi um dos marcos do Junglebier, que este ano traz como grande destaque a banda mineira 14 Bis. Mas tem muito mais. Serão 14 atrações musicais e dois palcos simultâneos.


FOTO: DIVULGAÇÃO / FIDELIS ANDRADE

Sesc Conecta em Contagem

O Sistema Fecomércio MG inaugura o Sesc Conecta no Sesc Contagem, nos dias 7 (sábado) e 8 (domingo), com uma programação especial aberta ao público, das 10h às 16h. O Sesc Conecta é uma biblioteca contemporânea, que terá área de convivência e bem-estar para incentivar a leitura e a troca de conhecimentos. Este novo conceito tem por objetivo promover um ambiente ativo e acessível, vinculando a leitura a outras atividades culturais. A atração especial da inauguração ficará por conta da exposição interativa HQLAB Turma da Mônica, que ficará até 6 de outubro. A atração conta com almanaques gigantes que vão permitir que as crianças escrevam e criem histórias com os famosos personagens de Maurício de Sousa. O Sesc Conecta Contagem fica na rua Padre José Maria de Man, 805, no bairro Novo Riacho.

Concerto "As Quatro Estações"

O Museu Mineiro recebe hoje (4), às 19h30, o concerto "As Quatro Estações", de Vivaldi, interpretado pela Orquestra Barroca Musica Figurata. O espetáculo é gratuito e faz parte da programação do "II Festival Internacional América Barroca" que, em 2024, celebra os 150 anos da imigração italiana no Brasil. Para ilustrar a importância da imigração italiana em Minas, a atriz Mari Ozório narrará alguns trechos de "A Capital", primeiro romance publicado sobre Belo Horizonte, que foi escrito pelo mineiro Avelino Fóscolo (1864-1944), e relata os dramas da rápida construção da cidade. O Museu Mineiro fica na avenida João Pinheiro, 342.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067